



Anais da Assembléia

Nº 139

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 24 DE OUTUBRO DE 1991

ANO XVII

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 113ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 1991

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Heinz Herwig, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zarusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edison Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Geraldo Cartário, José Afonso Júnior, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (42). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Algaci Túlio, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Ermani Puddell, Tadeu Lúcio Machado, José Alves, João Preis, Luiz Antonio Setti, Mário Bezerra, Nilton César e Ovídio Constantino (11). Achando-se em licença o Senhor Deputado Eurides Moura (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 99/91

Curitiba, 12 de outubro de 1991.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais,

o incluso anteprojeto de lei que objetiva criar o Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente, conforme dispõe o artigo 216, parágrafo único, da Constituição Estadual.

Cabe ressaltar que a medida aqui proposta consubstancia o resultado de estudos realizados pela Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social visando, na forma do preceito constitucional antes mencionado, dotar a Administração Pública de mecanismo capaz de ensejar condições no sentido de implantação e execução, no Estado do Paraná, de uma política de efetiva atenção e solução dos problemas ligados à defesa da criança e do adolescente.

Assim, o plano de lei proposto confere ao Conselho cuja criação é proposta, atribuições bem definidas e plenamente compatíveis com a área das atividades que irá desenvolver.

Quanto à estrutura do colegiado em questão, a medida procura organizá-la com a representatividade de órgãos públicos cujas atribuições sejam por qualquer forma ligadas à criança e ao adolescente e bem assim de outros organismos, tais como as Universidades Estaduais, e, principalmente das entidades da sociedade civil atuantes, também, na defesa dos direitos do menor carente.

Portanto, a proposição ora formulada, a par de outras medidas administrativas que vierem a ser oportunamente adotadas, certamente instrumentalizarão o Estado com os mecanismos necessários com vistas à solução de um dos problemas sociais que mais aflige as autoridades de todas as esferas administrativas e que se relaciona à criança abandonada.

Para melhor elucidação da proposta fazemos a exposição de motivos formulada pela Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica criado o Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente, em atendimento ao artigo 88, inciso II, da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e do disposto do art. 216 da Constituição Estadual.

Art. 2º - O Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente é órgão consultivo, deliberativo e controlador das ações de atendimento à infância e à juventude, vinculado ao Gabinete do Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado do Paraná e composto dos seguintes membros:

I - 01 (um) representante da Casa Civil da Governadoria do Estado do Paraná;

II - 01 (um) representante da Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social;

III - 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Educação;

IV - 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Saúde;

V - 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Segurança Pública;

VI - 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Cultura;

VII - 01 (um) representante do Secretário Especial do Esporte e Turismo;

VIII - 01 (um) representante da Fundação de Ação Social do Paraná-FASPAR;

IX - 01 (um) representante das Universidades Estaduais;

X - 09 (nove) representantes de entidades da sociedade civil organizada, de âmbito estadual, diretamente ligadas à defesa ou ao atendimento de crianças e adolescentes, legalmente constituídas em funcionamento há pelo menos um ano.

Art. 3º - São funções do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente:

I - Formular a política de promoção, e defesa dos direitos da criança e do adolescente, observados os preceitos expressos nos artigos 203, 204 e 227 da Constituição Federal, artigos 165, 173 e 216 da Constituição Estadual e todo o conjunto de normas do Estatuto da Criança e do Adolescente;

II - Acompanhar a elaboração e avaliar a proposta orçamentária do Governo do Estado, indicando aos Secretários de Estado competentes as modificações necessárias à consecução da política formulada;

III - Estabelecer prioridades de atuação e definir a aplicação dos recursos financeiros que integram o Fundo Estadual para a Infância e a Adolescência;

IV - Acompanhar as ações de execução da política estadual de atendimento à criança e ao adolescente em todos os níveis, propondo aos órgãos e/ou autoridades competentes as alterações que julgar necessárias;

V - Propor aos poderes constituídos modificações nas estruturas dos órgãos governamentais diretamente ligados à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

VI - Oferecer subsídios para a elabo-

ração de leis atinentes aos interesses da criança e do adolescente;

VII - Incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas no campo da promoção, proteção e defesa da Infância e da Juventude;

VIII - Promover intercâmbio com entidades públicas e particulares, organizações nacionais, internacionais e estrangeiras, visando atender seus objetivos;

IX - Pronunciar-se, emitir pareceres e prestar informações sobre assuntos que digam respeito à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

X - Aprovar, de acordo com os critérios estabelecidos em seu Regimento Interno, o cadastramento de entidades de atendimento aos direitos da criança e do adolescente e que pretendem integrar o Conselho;

XI - Receber petições, denúncias, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa por desrespeito aos direitos assegurados à criança e ao adolescente;

XII - Gerir seu respectivo Fundo, aprovando planos de aplicação;

XIII - Incentivar a criação e estimular o funcionamento dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselhos Tutelares;

Art. 4º - As organizações da sociedade civil interessadas em participar do Conselho se habilitarão, nos períodos a serem estabelecidos, perante a Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social, comprovando documentalmente suas atividades há pelo menos 01 (um) ano, bem como indicando seu representante e respectivo suplente.

§ 1º - A seleção das organizações representativas da sociedade civil, interessadas em integrar o Conselho, far-se-á mediante eleição realizada entre as próprias entidades habilitadas.

§ 2º - A Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social, encaminhará ao Governador do Estado, até o terceiro dia útil do mês indicado, a relação das entidades que integrarão o Conselho e os nomes dos Conselheiros representantes e suplentes por elas indicados, para a devida nomeação.

§ 3º - Os conselheiros representantes das entidades populares, assim como seus suplentes, serão nomeados para mandatos de 02 (dois) anos, período em que não poderão ser destituídos, salvo a pedido ou motivo de força maior, ou ainda por deliberação de 2/3 (dois terços) dos Componentes do Conselho.

§ 4º - O Conselheiros representantes das entidades populares poderão ser reconduzidos, observando o mesmo processo previsto neste artigo.

§ 5º - Os conselheiros e suplentes representantes dos órgãos públicos, cuja participação no Conselho não poderá exceder 04 (quatro) anos contínuos, serão nomeados livremente pelo Governador do Estado, que poderá destituí-los a qualquer tempo.

Art. 6º - O Presidente, o Vice-Presidente e o Secretário-Geral serão eleitos para um mandato de 02 (dois) anos, em sessão com quórum mínimo de 2/3 (dois terços), pelos próprios integrantes do Conselho.

Art. 7º - É facultada ao Conselho a requisição, através da Chefia da Casa Civil, de Servidores Públicos para a formação de Equipe de apoio técnico e administrativo, e, de material, necessário à consecução de seus objetivos.

Art. 8º - O desempenho da função de membro do Conselho, sem qualquer remuneração, será considerada como serviço relevante, prestado ao Estado, com seu exercício prioritário em relação ao labor público, justificáveis as ausências a qualquer outro serviço, desde que determinadas pelas atividades próprias do Conselho.

Art. 9º - As demais matérias pertinentes ao funcionamento do Conselho serão devidamente dispostas pelo seu Regimento Interno, que será elaborado no prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir da data de instalação do mesmo.

Parágrafo Único - O prazo para eleição do Presidente, Vice-Presidente e Secretário-Geral não poderá ultrapassar os 30 (trinta) dias destinados à elaboração do Regime Interno do Conselho.

Art. 10 - O Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente será instalado até no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias após a publicação da presente lei.

Parágrafo Único - A Casa Civil da Governadoria do Estado adotará as providências necessárias para a instalação do Conselho.

Art. 11 - A Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social adotará as providências necessárias para a primeira seleção das Organizações da Sociedade Civil, interessadas em compor o Conselho, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação da presente lei, observando o disposto no § 1º do artigo 4º.

Art. 12 - Fica criado o Fundo Estadual para a Infância e a Adolescência, de acordo com o que dispõe o artigo 88, pará-

grafo IV, da Lei Federal nº 8.069/90, administrado pelo Conselho e com recursos destinados ao atendimento das crianças e dos adolescentes, assim, constituído:

I - Dotação a ele consignada no orçamento do Estado para a assistência social voltada à criança e ao adolescente;

II - Recursos provenientes do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - Doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;

IV - Rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações de capitais;

V - Outros recursos que lhe forem destinados.

Art. 13 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, expressamente a Lei nº 9.579/91 e o Decreto nº 1.232/87.

À Diretoria Legislativa.

JUSTIFICATIVA:

A criação do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente, conforme prevê o inciso II artigo 88, da Lei Federal nº 8.069/90, objetiva atender ao que dispõe o artigo 216, parágrafo único da Carta Estadual e os artigos 277 § 7º e 204 da Constituição Federal.

O presente projeto de lei visa substituir a Lei nº 9.579/91, em função das distorções técnicas que a mesma apresenta resgatando, a importância de que se reveste o assunto, criando um conselho de caráter consultivo, deliberativo e controlador da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Da maneira como se apresenta, a lei supramencionada incorre as inadequações que passamos a enumerar.

1) No art. 1º, quanto à composição do conselho (incisos de I a XII):

O inciso II art. 88 da Lei Federal 8.069/90 estabelece a "participação popular paritária", o que indica que o chefe do Poder Executivo deve necessariamente nomear metade dos membros do conselho, uma vez que se trata de um conselho deliberativo e controlador das ações de atendimento à infância e à juventude. Portanto, é fundamental que os órgãos estaduais responsáveis pela execução da política estadual, nessa área, estejam presentes e nomeados livremente pelo Governador do Estado, em condições de paridade com as demais pelo Governador do Estado, em condições de paridade com as demais instituições participantes.

Da forma como está colocada na Lei nº 9.579/90, quebra-se o princípio a paridade, uma vez que estão alencadas entre as instituições governamentais, órgãos fede-

rais (inciso III, IX e X), além do Poder Judiciário (inciso VII) e do Ministério Público (inciso VI) os quais não são subordinados ao Poder Executivo Estadual. Além do mais a presença desses órgãos conflita com o que preconiza o art. 204, inciso I, da Constituição Federal, uma vez que o Conselho tem funções deliberativas.

Atente-se, ainda para o fato de que o Poder Judiciário e o Ministério Público são os responsáveis pela aplicação da Lei e, conseqüentemente, pela fiscalização dos instrumentos de aplicação das políticas, sendo, portanto, inadequado que participe dos mesmos como membro.

A Associação dos Municípios do Paraná (inciso XI) é elencada como órgão governamental de maneira equivocada, uma vez que é uma entidade que não faz parte da estrutura de nenhum dos três poderes, o que se constitui num engano fundamental de conceituação.

A composição que ora apresentamos é a mais adequada, uma vez que contempla a participação de todos os órgãos do Poder Executivo no atendimento da criança e do adolescente, em paridade com as entidades da sociedade civil.

2) - O art. 2º apresenta as seguintes inadequações e equívocos:

Inciso I - É citado o art. "277" da Constituição Federal, sendo que a mesma não possui esse dispositivo. A Lei quer referir-se ao artigo 227. Omita, por outro lado, o art. 174 da Constituição Estadual, que se constitui em referência de fundamental importância para a Política Social do Estado.

Incisos III e IV - Este dispositivo exorbita as funções do Conselho, que lhe são atribuídos pelo art. 88 incisos III e IV, da Lei Federal 8.069/90, uma vez que a definição da aplicação dos recursos públicos, em qualquer área, incluindo a da assistência social, é de responsabilidade da Lei de Diretrizes Orçamentárias, sendo a execução de competência privada dos órgãos governamentais. O Conselho define a aplicação dos recursos do Fundo Estadual para a Infância e a Adolescência, que é de sua exclusiva competência.

Com relação às ações dos órgãos de governo, sua função é sugerir e propor as ações de interesse da criança e do adolescente.

Inciso V - A redação dada ao inciso, dá ao Conselho o poder de intervir nas ações de competência exclusiva dos poderes constituídos fazendo com que o Conselho possua níveis de decisão e atuação absolutamente inéditos e inadequados.

3) Os prazos estipulados no art. 3º inviabilizam a agilização do processo de

Curitiba, quinta, em 24.10.91

implantação do Conselho, em função de dois pontos fundamentais:

a) Em seu "caput", o artigo estabelece o prazo de 1º a 30 de janeiro dos anos ímpares, para habilitação das organizações da sociedade civil interessadas em participar do Conselho;

b) Já no parágrafo 2º do artigo fica estabelecido o último dia do mês de fevereiro para o envio da relação de entidades ao Governo do Estado. Para dar cumprimento a esses dispositivos, o Conselho só poderia ser instalado em 1993, uma vez que não há outro dispositivo na Lei que contemple a excepcionalidade para a instalação do Conselho;

O presente projeto de lei faz a necessária correção, estabelecendo os prazos de 1º a 30 de abril para habilitação das organizações da sociedade civil e o terceiro dia útil do mês de maio para o envio da relação ao Governador, compatibilizando-os, assim, como as datas de mudanças de Governo. (*)

4) O artigo 10 fica totalmente prejudicado, em função da Lei haver sido promulgada no dia 22 de março de 1991, com o prazo de fevereiro de 1991 para a instalação do Conselho.

No presente projeto de Lei fazemos a adequação dos prazos de instalação do Conselho, que, ao invés de datas, passam a contar a partir da sanção da Lei (art. 10 e 11 do presente).

5) O art. 11 atribui à Comissão Estadual de Estudos sobre o Menor em Situação Irregular as funções de realizar a primeira seleção de entidades representativas da sociedade civil, o que fica prejudicado, em função da referida Comissão ser extinta após a sanção da Lei e contrariar o que ela mesmo dispõe nos parágrafos 1º e 2º do artigo 3º. Não há necessidade da participação da Comissão, uma vez que a Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social possui o Cadastro das Entidades e poderá providenciar a seleção dentro do que preconizam os próprios dispositivos definitivos da Lei.

6) O inciso I do art. 12, na forma como está apresentado, vincularia todo o orçamento do Estado - na área da assistência social voltado para a criança e o adolescente - ao Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, tal situação impediria o Poder Executivo de administrar seu orçamento através dos órgãos governamentais responsáveis pela execução das políticas, os quais passariam à

(*) as datas melhor definidas no art. 4º do anteprojeto

condição de meros executores das determinações do Conselho. O espírito estabelecido na Lei Federal é de que o Conselho administre livremente o Fundo a ele vinculado e não o orçamento público, cuja atribuição de administrar é do Governo do Estado.

Há ainda a questão da vinculação do Conselho. Como existem diversas Secretarias de Estado responsáveis pela execução das políticas de atendimento à infância e à juventude, a vinculação à Casa Civil do Governo do Estado torna-se a mais indicada.

A criação do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente, entretanto, é medida que se reveste de caráter emergencial e de fundamental importância para que se proporcione o atendimento adequado à criança e ao adolescente do Paraná, na forma que dispõe os diplomas legais já referenciados, uma vez que contará com a participação popular paritária, através de organismos representativos não governamentais, além de possuir caráter consultivo, deliberativo e controlador das ações de atendimento da infância e da juventude em todos os níveis.

Com o presente projeto, dar-se-á, portanto, o devido atendimento ao que estabelece o inciso II do artigo 204 da Constituição Federal: "participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis", além de se viabilizar a instalação imediata do Conselho de Defesa da Criança e do Adolescente.

O caráter paritário do Conselho, bem como o elenco de órgãos governamentais que o comporão, possibilitarão o atendimento dos direitos da criança e do adolescente "através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais" (artigo 86 da Lei Federal 8.069/90) o que, sem dúvida, implementará maior eficiência no equacionamento e na solução dos problemas concernentes à infância e à juventude em nosso Estado, com o concurso efetivo da sociedade civil organizada, o que trará para o âmbito das decisões uma visão mais ampla e comprometida.

A criação do Fundo Estadual para a Infância e Adolescência atende ao disposto no inciso IV do artigo 88 da Lei Federal nº 8.069/90, viabilizando a captação dos recursos federais do Fundo Nacional para a Infância e Adolescência e outros recursos estabelecidos pela referida lei, cuja administração só será possível através do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente. Por outro lado, sua criação não implica, necessariamente, em participação financeira imediata no orçamento

estadual.

Registre-se ainda, que o exercício da função dos membros do Conselho será considerado como serviço "de interesse público relevante e não remunerado" (artigo 89 da Lei Federal número 8.069/90).

MENSAGEM Nº 101/91

Curitiba, 17 de outubro de 1991.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que, nos termos do disposto no art. 10, da Constituição Estadual, objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Ponta Grossa, os imóveis de propriedade do Estado, situados à Praça Roosevelt, nº 17, na sede do referido Município, com as benfeitorias neles existentes, objeto das transcrições nºs 3.350-A e 3.351, ambas às fls. 39, do Livro 3-C, do Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Ponta Grossa.

O plano de lei ora submetido à apreciação dessa Augusta Casa consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da coletividade, eis que, nos imóveis cuja autorização para doação se pretende efetivar, a Prefeitura de Ponta Grossa irá, com recursos financeiros do Município, através do FUNREBOM e conforme projeto arquitetônico já em fase de conclusão, construir novo prédio destinado ao aquartelamento do 2º Grupamento de Incêndio do Corpo de Bombeiros, fato que, sem qualquer sombra de dúvida, muito contribuirá no sentido de que as ações do referido grupamento militar tenham as necessárias condições operacionais com vistas ao melhor atendimento àquela região.

Certo de que a presente proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Ponta Grossa, os imóveis de propriedade do Estado, situados à Praça Roosevelt, nº 17, na sede do referido Município, com benfeitorias neles existentes, objeto das transcrições nºs 3.350-A e 3.351, ambas às fls. 39, do Livro 3-C, do Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Ponta Grossa.

Art. 2º - Os imóveis referidos no artigo anterior serão utilizados exclusivamente para a edificação do quartel do 2º

Grupamento de Incêndio do Corpo de Bombeiros, ficando ainda gravados com a cláusula de inalienabilidade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 102/91

Curitiba, 17 de outubro de 1991.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo, nos termos do artigo 10 da Constituição Estadual, ceder em caráter de utilização gratuita ao Município de Piraí do Sul, o imóvel de propriedade do Estado, constituído de um terreno urbano, onde encontra-se edificado um barracão, geminado, com aproximadamente 557,42 m², situado à Avenida Manoel Ribas, nº 678, naquela cidade.

Cabe ressaltar que tanto a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento como a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento com a Secretaria de Estado da Administração, manifestaram-se favoravelmente à pretendida cessão, uma vez que o referido imóvel já foi objeto de utilização pelo município há vários anos, sob a forma de cessão em comodato.

Diante do exposto verifica-se que o presente plano de lei consulta plenamente aos superiores interesses públicos, uma vez que atende as necessidades do Município de Piraí do Sul, com a cessão do imóvel em questão, o qual será de grande utilidade para aquela municipalidade, com vistas a equacionar problemas de espaço físico em sua administração. Por outro lado, é uma forma de conservação daquele patrimônio público estadual, evitando assim sua natural depreciação pelo não uso, vez que o mesmo encontra-se desativado.

Outro aspecto a ser considerado com relação ao anteprojeto refere-se ao prazo de duração da cessão, que vigorará até 31.12.94, prorrogável por quatro anos, mediante consenso entre as partes, ficando o cessionário responsável pela guarda, proteção e conservação do imóvel, não podendo o mesmo ser transferido a terceiros sob pena de tornar-se automaticamente sem efeito o termo de cessão.

Certo de que a medida merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Por força do art. 10, da Constituição Estadual, fica o Poder Executivo autorizado a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao Município de Piraí do Sul, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado na sede daquele Município, constituído em um terreno urbano localizado à Avenida Manoel Ribas, nº 678, medindo 50,80m de frente para aquela Avenida, por 18,10m em ambos os lados, contendo edificações que totalizam aproximadamente 557,42m², transcrito sob nº 1.255, no Livro 3-A, às fls. 96, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Piraí do Sul.

Art. 2º - O imóvel de que trata o art. 1º desta lei, será destinado exclusivamente para o desenvolvimento de atividades ligadas diretamente aos interesses da Administração Pública Municipal, vigorando, tal cessão, até 31/12/1994, prorrogável por 4 (quatro) anos, mediante consenso entre as partes, não podendo referida área ser transferida a terceiros, sob pena de tornar-se automaticamente sem efeito, ficando o cessionário responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido, bem como pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento do Termo, sem direito a futuro ressarcimento.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. A Diretoria Legislativa.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 103/91

Curitiba, 17 de outubro de 1991.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a, nos termos do art. 10, da Constituição Estadual, ceder, em caráter de utilização gratuita, à Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, constituído pelo lote nº 12, da Quadra 39, da sede do município de Renascença, com área de 845,50m², contendo uma edificação em alvenaria de 167,20m² e com os limites e confrontações descritos na Matrícula nº 12.151, de 16.06.86, no Livro nº 02, do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Francisco Beltrão.

O plano de lei ora submetido à apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa consulta plenamente aos superiores interesses públicos, tendo em vista que o imóvel, cuja cessão de uso é pretendida, será utilizado pelo cessionário exclusivamente para nele instalar seu escritório regional em Renascença.

Por outro lado, vale destacar que o anteprojeto em causa contém dispositivos expressos no sentido de que tal cessação vigorará até 31 de dezembro de 1994, prorrogável por 4 (quatro) anos, mediante consenso entre as partes e que tornar-se-á automaticamente sem efeito, caso o referido imóvel seja utilizado para finalidades diversas daquelas previstas ou transferido a terceiros.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Por força do art. 10 da Constituição Estadual fica o Poder Executivo autorizado a ceder, em caráter de utilização gratuita, à Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado na cidade de Renascença, objeto da Matrícula nº 12.151, de 18.06.86, do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Francisco Beltrão, contendo uma edificação em alvenaria com 167,20 m².

Art. 2º - O imóvel de que trata o art. 1º desta lei, será destinado exclusivamente para abrigar a um escritório local da EMATER/Pr em Renascença, visando sempre a conservação do imóvel, vigorando, tal cessão, até 31 de dezembro de 1994, prorrogável por 4 (quatro) anos, mediante consenso entre as partes, não podendo ser utilizado para outros fins, nem ser transferido a terceiros, sob pena de tornar-se automaticamente sem efeito, ficando ainda o cessionário responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido, bem como pelas medidas e pelas despesas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a futuro ressarcimento.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 104/91

Curitiba, 17 de outubro de 1991.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada

consideração dessa egrégia Assembleia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 28.628.000,00 (vinte e oito milhões, seiscentos e vinte e oito mil cruzeiros) ao vigente orçamento da Chefia do Poder Executivo, aprovado pela Lei Estadual nº 9.494, de 21 de dezembro de 1990, para atender despesas com a realização de cursos de especialização, extensão e efetivação de diversos eventos.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento no orçamento do próprio órgão - Gabinete do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembleia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de CR\$ 28.628.000,00 (vinte e oito milhões, seiscentos e vinte e oito mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Chefia do Poder Executivo aprovado pela Lei Estadual nº 9.494, de 21 de dezembro de 1990, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação do próprio órgão - Gabinete do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, conforme Anexo II desta Lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido no artigo 1º desta lei, ficam suplementados os orçamentos próprios da Fundação Faculdade de Artes do Paraná, da Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória, da Fundação Universidade Estadual do Oeste do Paraná - FUNIOESTE e da Fundação Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO, aprovados pela Lei Estadual nº 9.494, de 21 de dezembro de 1990, conforme Anexo III desta Lei.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO I		FL.01		
				Cr\$ 1.000,00		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA		L	N. DO	PROC.
		DA		D		
		DESPESA	FT	R VALOR		COP.
0900	CHEFIA DO PODER EXECUTIVO.					
0908	GABINETE DO SECRETÁRIO ESPECIAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO- ENTIDADES VINCULADAS					
2085	PROGRAMAÇÃO A CARGO DA FACULDADE DE ARTES DO PARANÁ	3211.03	00	R 5.000	534	
2110	PROGRAMAÇÃO A CARGO DA UNICENTRO	3211.03	00	R 5.000	534	
2114	PROGRAMAÇÃO A CARGO DA FAFI DE UNIÃO DA VITÓRIA	4311.02	00	R 3.000	584	
		3211.03	00	R 5.255	534	
2119	PROGRAMAÇÃO A CARGO DA FUNIOESTE	3211.03	00	R 9.373	534	
		4311.02	00	R 1.000	534	
		TOTAL		28.628		

CANCELAMENTO		ANEXO II		FL.01		
				Cr\$ 1.000,00		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA		L	N. DO	PROC.
		DA		D		
		DESPESA	FT	R VALOR		COP.
0900	CHEFIA DO PODER EXECUTIVO					
0907	GABINETE DO SECRETÁRIO ESPECIAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO					
2084	AVALIAÇÃO, PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR.	4130.00	00	R 28.628	534	
		TOTAL		28.628		

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO III

FL.01
CR\$ 1.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	Nº DO PROC. COP
1000	CHEFIA DO PODER EXECUTIVO ENTIDADES VINCULADAS					
1024	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTA- DUAL DO CENTRO-OESTE					
2092	ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO SU- PERIOR NA UNIVERSIDADE ES- TADUAL DO CENTRO-OESTE	3132.00	00	R	5.000	534
1083	EDIFICAÇÕES E EQUIPAMENTOS PARA A UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE	4120.00	00	R	3.000	534
1028	FUNDAÇÃO FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE UNIÃO DA VITÓRIA					
2096	ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR EM UNIÃO DA VITÓRIA	3120.00	00	R	1.000	534
		3131.00	00	R	500	534
		3132.00	00	R	3.755	534
1033	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ -FUNIOESTE					
2101	ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ	3132.00	00	R	9.373	534
		4120.00	00	R	1.000	534
1036	FUNDAÇÃO FACULDADE DE ARTES DO PARANÁ					
2088	ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR EM EDUCAÇÃO ARTÍSTICA E MUSICAL	3132.00	00	R	5.000	534
TOTAL					28.628	

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 105/91

Curitiba, 21 de outubro de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), conforme detalhamento abaixo:

ORGÃO/FINALIDADE VALOR CR\$ 1,00

Secretaria de Estado da
Segurança Pública

Os recursos serão utilizados na aquisição de veículos para a Polícia Militar do Estado do Paraná, no programa PM-24 horas.....500.000.000

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da Administração Geral do Estado SEPL.

Certo de poder contar com a atenção dessa Egrégia Assembleia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito su-

plementar no valor de CR\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública aprovado pela Lei Estadual nº 9.494, de 21 de dezembro de 1990, conforme Anexo I, desta Lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente do cancelamento de dotação conforme Anexo II, desta Lei.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO I			FL.01 CR\$1.000,00	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	Nº DO PROC. COP.
4101	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA					
4109	COMANDO GERAL DA POLÍCIA MILITAR					
1909	INVESTIMENTOS PARA A POLÍCIA MILITAR	4120.06	00	L	500.000	0577
TOTAL					500.000	

CANCELAMENTOS		ANEXO II			FL.01 CR\$ 1.000,00	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	Nº DO PROC.
1700	ADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO- RECURSOS SOB SUPERVISÃO DA SEPL					
1701	PROGRAMAÇÕES ESPECIAIS REGIONAIS DE MULTISETORIAIS					
1104	INFRA-ESTRUTURA BÁSICA AO INÍCIO DA CONSTRUÇÃO DA FERROESTE	4130.00	00	L	500.000	0577
TOTAL					500.000	

MENSAGEM Nº 106/91

Curitiba, 21 de outubro de 1991.
Senhor Presidente.(a) ROBERTO REQUIAO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembleia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), e simultaneamente fica procedida a conversão da fonte 81 - Convênios com Órgãos Federais para a fonte 82 - Convênios com Órgãos não Federais, ao orçamento próprio da Fundação Universidade Estadual de Londrina, que tem por finalidade atender às despesas com estagiários do programa Pró-Egresso.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de dotação da própria entidade.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembleia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) e simultaneamente fica procedida a conversão da fonte 81 - Convênios com Órgãos Federais para a fonte 82 - Convênios com Órgãos não Federais, ao orçamento próprio da Fundação Universidade Estadual de Londrina, aprovado pela Lei Estadual nº 9.494, de 21 de dezembro de 1990, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação da própria entidade, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
A Diretoria Legislativa.

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO I

FL.01

Cr\$ 1.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA		L		N. DO PROC.
		DA	FT	R	VALOR	
		DESPESA				COP
1000	CHEFIA DO PODER EXECUTIVO ENTIDADES VINCULADAS					
1021	ORGANIZAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA					
2069	ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR EM LONDRINA					
		3131,00	82	L	10.000	0557
TOTAL					10.000	

CANCELAMENTO

ANEXO II

FL.01

Cr\$ 1.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA		L		N. DO PROC.
		DA	FT	R	VALOR	
		DESPESA				COP
1000	CHEFIA DO PODER EXECUTIVO ENTIDADES VINCULADAS					
1021	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA					
1042	EDIFICAÇÕES E EQUIPAMENTOS PARA O HOSPITAL UNIVERSITÁRIO REGIONAL DO NORTE DO PARANÁ					
		4120,00	81	L	10.000	0557
TOTAL					10.000	

Curitiba, 21 de outubro de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que, nos termos do disposto no artigo 10, da Constituição Estadual, objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Curitiba, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, constituído pelo lote nº 122, da Planta Vila Marina (Centro Cívico), sem benfeitorias, sito à confluência das Ruas Papa João XXIII e Ernani S. de Oliveira, objeto da Transcrição nº 21.810, às fls. 108, do Livro 3-U, do Cartório de Registro de Imóveis da 6.ª Circunscrição da Comarca de Curitiba.

O plano de lei ora submetido a exame e apreciação dessa augusta Casa consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da coletividade, eis que o município de Curitiba irá utilizar o imóvel cuja doação se pretende efetivar, em parte para construção do Centro de Treinamento de Alfabetização e, no restante, para regularização do alargamento da atual Rua Ernani Santiago de Oliveira, antiga Rua Rio Negro.

Por oportuno, vale ressaltar o fato de o anteprojeto de lei em causa conter dispositivos expressos no sentido de que tal imóvel seja utilizado pela donatária exclusiva para as finalidades estabelecidas e que fique gravado com a cláusula de inalienabilidade, condições resolutivas essas QUE DEVERÃO CONSTAR DA RESPECTIVA ESCRITURA de doação.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(A) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Curitiba, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, constituído pelo lote nº 122, Planta Vila Marina (Centro Cívico), sem benfeitorias, sito à confluência das Ruas Papa João XXIII e Ernani S. de Oliveira, objeto de transcrição nº 21.810, às folhas 108, do livro 3-U, do Cartório de Registro de Imóveis da 6.ª Circunscrição da Comarca de Curitiba.

Art. 2º - O imóvel mencionado no art. 1º desta lei só poderá ser utilizado pelo município de Curitiba, em parte, para em conjunto com outros lotes confrontantes e já de propriedade daquele município, ser construído o Centro de Treinamento de Alfabetizadores, e no restante, para alarga-

Curitiba, quinta, em 24.10.91

mento da atual Rua Ernani Santiago de Oliveira, antiga Rua Rio Negro.

Art. 3º - Fica ainda a presente doação gravada com a cláusula de inalienabilidade, que deverá constar da respectiva escritura.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ofícios:

OFÍCIO

Sob os nºs DTL/SAT/285 à 329/91, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

354/91: De autoria do Deputado CEZAR SILVESTRI, que declara de Utilidade Pública Estadual a Sociedade denominada CARITAS SOCIALIS, com sede no município de Guaraçuva, neste Estado, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.726. Anote-se - Arquivar-se.

305/91: De autoria do Deputado RAFAEL GRECA DE MACEDO, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor Euclides Girolamo Scalco, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.727. Anote-se - Arquivar-se.

365/91: De autoria do Deputado SEVERINO FÉLIX PESSOA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DO POVOADO DA PRIMAVERA, situada na Cidade de Leopólis, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.728. Anote-se - Arquivar-se.

370/91: De autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, que declara de Utilidade Pública à ASSOCIAÇÃO E OFICINAS DE CARIDADE SANTA RITA DE CÁSSIA DE FRANCISCO BELTRÃO, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.729. Anote-se - Arquivar-se.

292/91: De autoria do Deputado ANTONIO ANIBELLI, que declara de Utilidade Pública Estadual, a SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO E CULTURA, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.730. Anote-se - Arquivar-se.

317/91: De autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, com sede e foro em Icaraíma, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.731. Anote-se - Arquivar-se.

374/91: De autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO AHU

CABRAL, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.732. Anote-se - Arquite-se.

306/91: De autoria do Deputado RAFAEL GRECA DE MACEDO, que declara de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO SIDÔNIO MURALHA, com sede e foro em Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.733. Anote-se - Arquite-se.

339/91: De autoria do Deputado CLEITON CRISÓSTOMO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO MARIA TEREZA, com sede e foro na Cidade de Bocaiúva do Sul, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.734. Anote-se - Arquite-se.

347/91: De autoria do Deputado CLEITON CRISÓSTOMO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA, com sede e foro no Município de Planaltina do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.735. Anote-se - Arquite-se.

348/91: De autoria do Deputado JOÃO PREIS, que declara de Utilidade Pública a REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER, REGIONAL DE MARINGÁ, com sede e foro no Município de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.736. Anote-se - Arquite-se.

369/91: De autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, que declara de Utilidade Pública, o CENTRO COMUNITÁRIO DE OBRAS SOCIAIS DE DOIS VIZINHOS, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.737. Anote-se - Arquite-se.

357/91: De autoria do Deputado NEIVO BERALDIN, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA - APMI DE PARANAVÁ - PR, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.738. Anote-se - Arquite-se.

343/91: De autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a Fundação Iniciativa, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.739. Anote-se - Arquite-se.

299/91: De autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Funcionários Municipais de Realeza, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.740. Anote-se - Arquite-se.

313/91: De autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que declara de Utilidade Pública a Associação Mercedes Cenovicz-AMEC, Filantrópica e Cultural, com sede e foro na Cidade de Curitiba-PR, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.741. Anote-se - Arquite-se.

290/91: De autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Cantor e Compositor Francisco Buarque de Holanda, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.742. Anote-se - Arquite-se.

261/91: De autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Iporã, neste Estado, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.743. Anote-se - Arquite-se.

059/91: De autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CESAR, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Vila Santana e Barreto, com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa. Anote-se - Arquite-se.

329/91: Do PODER EXECUTIVO, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Sertaneja, os imóveis de propriedade do Estado, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.745. Anote-se - Arquite-se.

322/91: De autoria do Deputado ALGACI TULLIO, que declara de Utilidade Pública o Monastério da Ordem dos Místicos, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.746. Anote-se - Arquite-se.

334/91: De autoria do PODER EXECUTIVO, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Medianeira, o imóvel de propriedade do Estado, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.747. Anote-se - Arquite-se.

307/91: De autoria do Deputado RAFAEL GRECA DE MACEDO, que declara de Utilidade Pública o Conselho Comunitário de Nova Orleans, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.748. Anote-se - Arquite-se.

052/91: De autoria do Deputado ALGACI TULLIO, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proprietários e Moradores do Conjunto Residencial Fazendinha-APROMOCARF, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.749. Anote-se - Arquite-se.

319/91: De autoria do Deputado SEVERINO FÉLIX PESSOA, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede no Município de Nova América da Colina, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.750. Anote-se - Arquite-se.

318/91: De autoria do Deputado NEIVO BERARDIN, que declara de Utilidade Pública a creche Nossa Senhora do Carmo de Paranaíba-PR, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.751. Anote-se - Arquivo-se.

324/91: De autoria do Deputado VALDIR ROSSONI, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção e Amparo ao Deficiente Físico e ao Idoso Carente-APADEFIC, com sede no Município de Porto Vitória, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.752. Anote-se - Arquivo-se.

325/91: De autoria do Deputado ADEMAR LUIZ TRAIANO, que declara de Utilidade Pública a Associação de Senhoras de Rotarianos de Catanduvas-PR, com sede e foro no Município Catanduvas-PR, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.753. Anote-se - Arquivo-se.

336/91: De autoria do Deputado EURIDES MOURA, que declara de Utilidade Pública a Casa da Criança de Rolândia, com sede e foro na Cidade de Rolândia, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.754. Anote-se - Arquivo-se.

340/91: De autoria do Deputado ALGACI TULLIO, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Santa Luíza, com sede e foro nesta capital, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.755. Anote-se - Arquivo-se.

310/91: De autoria do Deputado ALBINO CORAZZA, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Vitorino-PR, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.756. Anote-se - Arquivo-se.

331/91: De autoria do PODER EXECUTIVO, que autoriza a cessão do imóvel que especifica ao Município de Palmeira, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.757. Anote-se - Arquivo-se.

328/91: De autoria do PODER EXECUTIVO, que autoriza a cessão do imóvel que especifica ao Município de Indianópolis, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.758. Anote-se - Arquivo-se.

380/91: De autoria do Deputado EURIDES MOURA, que declara de Utilidade Pública o MELVI-Movimento Evangélico para a Libertação de Vidas, com sede e foro na Cidade de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.759. Anote-se - Arquivo-se.

230/91: De autoria do Deputado ALGACI TULLIO, que declara como de Utilidade Pública o Núcleo de Pesquisas Ufológicas-NPU, com

sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.760. Anote-se - Arquivo-se.

264/91: De autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que declara de Utilidade Pública a Associação Comercial e Industrial de Altônia, com sede e domicílio na Cidade de Altônia-PR, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.761. Anote-se - Arquivo-se.

326/91: De autoria do Deputado NEIVO BERARDIN, que declara de Utilidade Pública a AMUPS-Associação de Microunidades de Produção e Prestação de Serviços de Curitiba e Região Metropolitana, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.762. Anote-se - Arquivo-se.

385/91: De autoria do Deputado CARLOS SIMÕES, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor IVO THOMAZONI, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.763. Anote-se - Arquivo-se.

383/91: De autoria da Deputada EMÍLIA BELINATI, que declara de Utilidade Pública o Instituto Dom Bosco, com sede e foro na Cidade de Londrina, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.764. Anote-se - Arquivo-se.

384/91: De autoria do Deputado COLOMBINO GRASSANO, que declara de Utilidade Pública a Associação Casa do Menor de Ortigueira, com sede e foro na Cidade de Ortigueira, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.765. Anote-se - Arquivo-se.

315/91: De autoria do Deputado SEVERINO FÉLIX PESSOA, que declara de Utilidade Pública a Associação de Recuperação do Alcoolatra, com sede e foro na Cidade de Assaí, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.766. Anote-se - Arquivo-se.

390/91: De autoria do Deputado ALGACI TULLIO, que declara de Utilidade Pública a Associação Cultural de Negritude e Ação Popular, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.767. Anote-se - Arquivo-se.

017/91: De autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CESAR, que declara de Utilidade Pública a Assistência Social e Educacional do Movimento Bíblico, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.768. Anote-se - Arquivo-se.

301/91: De autoria do Deputado JOAO PREIS, que declara de Utilidade Pública o Albergue Santa Luíza de Marillac de Maringá, o

qual convertido em Lei tomou o n° 9.769.
Anote-se - Arquive-se.

228/91. De autoria do Deputado CLEITON TRISTÃO, que denomina Rodovia Dr. Moacyr Loures Pacheco, a Rodovia Estadual PR-480, que interliga os Municípios de Umuarama, Maria Helena, Nova Olímpia, Cidade Gaúcha e Tapira, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.770. Anote-se - Arquive-se.

OFÍCIO N° 129/91

Senhor Presidente.

Venho através do presente justificar à Vossa Excelência, minha ausência em Sessão Plenária no dia 24 deste.

Senhor Primeiro Secretário, assumi compromissos de inauguração de obras municipais, e reunião com lideranças políticas da minha região.

Certo de contar com sua costumeira atenção externo meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 24.10.91

9a) CEZAR SILVESTRI

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 2829

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER, regime de urgência para a Mensagem n° 97/91, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a reduzir a carga tributária dos produtos da cesta básica e das outras providências.

Sala das Sessões, em 24.10.91

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2825

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 24.10.91

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO N° 2830

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar, pelo falecimento da Senhora Amí-

gão Matias dos Santos de Oliveira, ocorrido no dia 22 de outubro do corrente ano, no Município de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 24.10.91

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Popularmente conhecida como Dona Eliete Matias, natural de Paranaguá, funcionária pública municipal, com 48 anos, dos quais 30 dedicados a caridade, auxiliava há mais de 25 anos os excepcionais e também o pessoal da terceira idade (Idosos) sambista convicta, cantora de música popular e seresteira, Paranaguá sentirá sua falta.

REQUERIMENTO N° 2824

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, uma vez ouvido o Plenário, seja inscrito nos Anais da sessão de hoje, um voto de congratulação pela comemoração dos 31 anos de fundação da "TV PARANAENSE - CANAL 12", a ocorrer no dia 29 próximo.

Fundado pelo pioneiro da rádio-televisão paranaense, Nagib Chede, o "Canal 12" hoje é a emissora líder da Rede Paranaense de Televisão, brilhantemente dirigida pelo eminente jornalista e empresário Doutor Francisco Cunha Pereira Filho.

Com sua equipe de executivos e profissionais do mais alto nível, a "TV Paranaense - Canal 12" se destaca no universo da televisão brasileira, não só como empresa eficiente ganhadora de inúmeras premiações, como "Empresa do Ano" em seu setor, como por realizar um efetivo trabalho de integração da cultura e da gente do Paraná, através de uma programação qualificada, com um jornalismo ágil e abrangente e esforços comunitários, como os projetos "Bicho do Paraná", "Decoração Natalina", "Campanha pelos Desabrigados" e outros, documentando o papel positivo da televisão na sociedade.

Requeremos mais, que esta manifestação seja levada oportunamente ao ilustre dirigente da "TV Paranaense" e seus colaboradores assinalando o apreço desta Casa pela saga pioneira do "Canal 12".

Sala das Sessões, em 24.10.91.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 2835

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda, que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de congratulações pelo transcurso de mais um aniversário de Emancipação Política e Administrativa do Município de VERÊ, transcorrido no dia 26 de outubro/91.

Sala das Sessões, em 24.10.91.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

A história política do Município de Verê está pontilhada de momentos inesquecíveis para os pioneiros.

Até o ano de 1960, sua área pertencia ao Município de Pato Branco. Naquele ano, para atender a empenho político que visava maior equilíbrio geosocial e na produção agropecuária, passou a pertencer a Dois Vizinhos. A essa altura, os líderes políticos e produtores rurais já haviam iniciado o movimento em favor da emancipação política, administrativa e econômica do distrito, que já despontava como um verdadeiro potencial produtivo no Sudoeste paranaense.

A emancipação se deu pela Lei Estadual nº 4.730, de 24.06.63 e a instalação, em 26 de outubro do mesmo ano de 1963.

REQUERIMENTO Nº 2834

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no exercício de suas prerrogativas regimentais, REQUER a Vossa Excelência que após consultado este Douto Plenário, seja expedido moção de votos de congratulações à Empresa EMÍLIO ROMANI S/A, na pessoa de Dona DIANA VODNIK ROMANI, sua Diretora-Presidente, pelo transcurso, em 25 de outubro, do PRIMEIRO CENTENÁRIO de sua Fundação.

Sala das Sessões, em 24.10.91.

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

Emílio Romani chegou ao Brasil, proveniente de Lucca, Itália, em fins do século passado.

Vinha integrando um grupo de imigrantes que buscava nova pátria, onde pudesse dar continuidade a novos sonhos e aspirações.

Jovem ainda, Emílio Romani desembarcou em Paranaguá. Vislumbrando grandes horizontes, dispôs-se a aceitar desafios. Em 1891, transfere-se para Curitiba, abrindo um estabelecimento comercial de secos, molhados e armazinhos, típico naquela época da incipiente República.

Quatro anos depois, em 1895, casa-se com Ermínia Condega, também descendente de imigrantes italianos e, juntos, trabalham com perseverança para o sucesso do empreendimento.

Enquanto a loja prosperava pelo esforço cotidiano do casal, a família também aumentava. Foram três filhos: Emílio, Mário e Mirthe, que muito cedo aprenderam, com o exemplo dos pais, a dedicação ao trabalho. Emílio e Mário destacaram-se por sua capacidade empreendedora, o que contribuiu diretamente para o desenvolvimento da Empresa.

Atualmente, a administração da Compa-

nhia está a cargo da única neta de Emílio Romani - Diana - que não apenas empresta seu nome aos produtos da empresa, mas também seu esforço pessoal e profissional para o contínuo crescimento da Emílio Romani.

O Século XX

Já neste século, a empresa passa a atuar na área industrial de porte, instalando suas refinarias de sal em Paranaguá (PR) e Itajaí (SC).

Na década de 50, o crescimento da Companhia exigiu espaços maiores, transferindo-a para novas instalações localizadas próximas ao centro de Curitiba.

Com a Empresa em constante evolução, estas instalações logo se tornaram pequenas, o que levou à construção de moderna refinaria de açúcar e da indústria de torrefação e moagem de café, ambas sediadas às margens da BR-116.

No período de 1978 a 1985, a Companhia adquiriu empenho para beneficiamento e parboilização de arroz em Pelotas (RS), além de construir nova indústria voltada à produção de açúcar refinado granulado, destinado à exportação.

Produtos & Pessoal da Emílio Romani

Os produtos fabricados pela Emílio Romani - açúcar, café, arroz e sal "Diana", são distribuídos nos três Estados do Sul do País, através de depósitos próprios localizados em Joinville, Blumenau, Porto Alegre e Foz do Iguaçu, além do trabalho de vários representantes comerciais.

Os atuais 800 funcionários da Empresa, são alvo de sólida política de recursos humanos praticada pela Emílio Romani. Os seus colaboradores dispõem de uma série de benefícios como: assistência médico-hospitalar, refeitório, bolsas de estudos para 1º e 2º graus, cursos de aperfeiçoamento profissional, escolas para filhos de funcionários, participação nos lucros e prêmios quinzenais.

O marco do centenário

Nestes 100 anos de história, a Emílio Romani S/A aprendeu a superar diversos obstáculos, que colaboraram para determinar a solidez da Empresa. Assim foi com a deflagração das 1ª e 2ª Grandes Guerras, o "crack" da Bolsa de Valores de Nova York, a queda dos preços do café e ervamate no mercado internacional, setores nos quais a Empresa também atuava.

Vencidas estas dificuldades, ficou o exemplo de coragem, persistência e trabalho de Emílio Romani. Exemplo que, como um legado, é até hoje cultivado por seus descendentes e pelos funcionários da Empresa.

REQUERIMENTO Nº 2836

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no exercício de suas prerrogativas, REQUER a

Vossa Excelência que, após consultado este douto Plenário, seja inserida na Ata dos trabalhos desta sessão - com cópia ao Excelentíssimo Senhor LEONID MELCHILOWICH KRAUTCHUK, mui digno Presidente do Congresso da República da Ucrânia; ao Excelentíssimo Senhor VITOLD PAWLOVICH FOKIN, mui digno Primeiro-Ministro da República da Ucrânia; à Representação Central Ucrâniano-Brasileira, com sede nesta Capital, à Rua Augusto Stelfeld, nº 799, na pessoa do Senhor NESTOR KUTENSKI; Dom EFRAIN BASÍLIO KREVEY, mui digno Ebarca da Igreja Católica Ucrâniana; à Sociedade dos Amigos da Cultura Ucrâniana, com sede à Rua Brigadeiro Franco, nº 374, nesta Capital - uma moção de votos de congratulações pelo transcurso do 1º Centenário da Imigração Ucrâniana para o Brasil.

EM TEMPO: Remeta-se também, para o Doutor VITÓRIO SOROTIUK, Presidente do ITCF/PR.

Sala das Sessões, em 24.10.91.

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

Há um século, no ano de 1891, embora aportados no Rio de Janeiro e Paranaguá, em julho daquele ano, os ucranianos instituíram a sua primeira comunidade na Vila Santa Bárbara, Município de Palmeira, neste Estado.

Desde então, têm sido sensível e relevante a contribuição da Colônia em todas as áreas de desenvolvimento sócio-econômico-cultural do Paraná.

Foi por iniciativa e experiência destes imigrantes, que inauguramos o sistema cooperativista no Paraná, sob a liderança do Engenheiro Agrônomo VALENTIN KUTSZ, que tão largos benefícios tem oferecido ao nosso destacado setor agropecuário, onde basicamente a comunidade ucraniana, até estes dias, desenvolve, com sucesso, sua atividade econômica.

Destaque-se também, a atuação que desenvolveram no setor de transportes ferroviários, indústria ervateira, extração madeireira.

No segmento cultural, merecem ser consignadas as trajetórias do pintor MIGUEL BAKUN e a poetisa HELENA KOLODY, reverenciados pela sua extremada sensibilidade artística.

Cumprе relevar, enfim, que foi a fé desta comunidade pioneira no nosso destino de grandeza, para o que tanto contribuíram desde a adoção do Paraná como sua terra, que alicerçou o desenvolvimento humano e seguro que vivemos.

A par destas considerações, estenda-se a homenagem à recente - 24 de agosto de 1991 - Proclamação da Independência da República da Ucrânia, anseio justo, tão festejado pela comunidade em nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 2832

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo, Deputado Estadual, Líder da Bancada do PDT, que este requerimento subscreve, submete à egrégia Assembléia a proposição de fazer constar de seus anais voto de apreço aos jovens acadêmicos de Direito da Universidade Federal do Paraná que hoje tomam posse no venerável Centro Acadêmico Hugo Simas, há 60 anos instalado como trincheira de lutas democráticas no coração de Curitiba.

Justifica-se a menção pelos 60 anos do CAHS, pelos 80 anos do curso de Direito da Universidade mais antiga do nosso País e pela correção patriótica dos integrantes da chapa que assume o CAHS, bem como daquela que o entrega, representadas ambas por seus presidentes Acadêmico Fernão Justen de Oliveira e Acadêmico Rodrigo Cardoso de Souza.

Desnecessário lembrar que o Centro Acadêmico Hugo Simas foi trincheira de resistência democrática contra o golpe de 64.

Sala das Sessões, em 24.10.91

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

REQUERIMENTO Nº 2826

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente a Excelentíssima Senhora Secretária de Cultura, Gilda Poli, solicitando o encaminhamento de diversos livros para a Biblioteca do Município de Irati.

"É preciso desatar os nós cegos" disse o poeta, mas para desatá-los, necessário se faz, criar aos cidadãos comuns, condições para que os mesmos tenham acesso facilitados os meios de comunicações, leituras, etc.

Neste sentido, a viabilização dos livros para a Biblioteca de Irati, criará inúmeras oportunidades para aquela valerosa comunidade, através da leitura, possa romper os grilhões do obscurantismo e caminhar à luz do conhecimento ainda maior.

"Homem", o será, na medida que avançar profundamente nos diversos conhecimentos e a leitura é um avanço significativo.

Sala das Sessões, em 24.10.91

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 2827

Senhor Presidente.

O Deputado Alceu Swarowski, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Senhor Homero Grein, Prefeito Municipal de Campo do Tenente; e ao Senhor Antônio Guarniere, Presidente da Câmara de Vereadores.

dores, congratulações, pelo transcurso de seu 30º aniversário, do Município de Campo do Tenente-Paraná; que será dia 29 de outubro de 1991.

Sala das Sessões, em 24.10.91

(a) ALCEU SWAROWSKI

JUSTIFICATIVA:

O Município de Campo do Tenente, na Região Sudeste do Paraná, foi instalado oficialmente em 29.10.61.

Seu primeiro Prefeito foi Vítor Busmann, filho de Rio Negro, integrando-se na constelação paranaense como uma comunidade laboriosa, consciente de seu papel no desenvolvimento do Estado, sobretudo, agora com Homero Grein seu Prefeito atual que criou juntamente, com a Câmara Municipal, o Distrito Industrial.

"É uma célula paranaense que cresce depressa".

REQUERIMENTO Nº 2828

Senhor Presidente.

O Deputado Alceu Swarowski, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado de Segurança Pública, Excelentíssimo Senhor José Moacir Favetti; a criação e instalação do Corpo de Bombeiro Militar, na Cidade da Lapa-Paraná.

Sala das Sessões, em 24.10.91

(a) ALCEU SWAROWSKI

JUSTIFICATIVA:

Salientamos que a criação, de tão importante corporação, virá beneficiar a todos os habitantes da região, seus distritos, pois tal reivindicação é necessária para a tranquilidade do povo Lapeano, o qual sentirá maior segurança em seus lares. Há uma sucessão de incêndios na Cidade da Lapa e mesmo na zona rural. Cidade legendaria, pelo heroísmo de seus filhos no "Cerceo da Lapa" e salvadora da República em 1894. Hoje patrimônio histórico do Paraná.

Merece o serviço do Corpo de Bombeiros. Confiamos na sensibilidade de sua Excelência o Secretário de Segurança Pública.

REQUERIMENTO Nº 2831

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de expediente ao Senhor Diretor do D.E.A.M., solicitando cópia dos seguintes documentos:

1) Edital de compra das ambulâncias do SIATE.

2) Todo o processo licitatório e homologatório da compra das ambulâncias do SIATE.

Sala das Sessões, em 24.10.91

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Todo o processo de licitação, dentro do possível, deve ser acompanhado pela sociedade civil e, obrigatoriamente pelo Poder Legislativo. Nesse sentido é que solicito tais documentos.

REQUERIMENTO Nº 2837

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Maurício Requião de Mello e Silva, Superintendente da FUNDEPAR, no sentido de que seja viabilizado reformas urgentes na Escola Estadual Durval Seifert - Ensino de 1º Grau, no bairro São Cristóvão, em Umuarama.

Do aprovado, requer ainda, comunicação ao Prefeito Municipal de Umuarama, Senhor Alexandre Ceranto, à Diretora do Estabelecimento, Professora Juraci da Silva Reis (Rua São Pedro, s/nº), Senhor Marco Antonio da Silva (Rua São Jorge, 2199), e Manoel Pinheiro (Rua São Pedro s/nº), no Bairro São Cristóvão, em Umuarama.

Sala das Sessões, em 24.10.91

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O referido estabelecimento se encontra em precárias condições de uso, com vidros quebrados, rachaduras nas paredes, trincos danificados, falta de lâmpadas e precisando um reparo significativo nas instalações elétricas, além da pintura urgente.

A comunidade merece um ambiente melhor para estudar, até porque trata-se, junto da igreja e das capelas, um referencial para situar as famílias no local em que vivem.

REQUERIMENTO Nº 2833

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo, Deputado Estadual pelo PDT pede a egrégia Assembléia que faça constar da ata da presente sessão voto de aplauso ao Jornal diário paranaense "Indústria e Comércio" pela brilhante e oportuna campanha de resgate da nacionalidade brasileira - CAMPANHA EM DEFESA DA NACIONALIDADE BRASILEIRA - voltada para levantar a moral combatida da nossa sociedade, gravemente ferida de desesperança.

O Deputado pede esta moção na qualidade de Líder Estadual da Bancada do PDT, e por recomendação especial do Governador Leonel Brizola, Presidente de Honra do Partido, mentor do Bloco Parlamentar Nacionalista do Congresso Nacional, com especial destaque para a figura patriótica do Diretor do Jornal "Indústria e Comércio" Odone Fortes Martins e para seu redator-editor chefe Professor Aroldo Mura Go-

mes Haygert, baluartes da liberdade de informação neste Estado.

O Deputado pede inserção nos anais dos 8 anúncios até hoje publicados.

Sala das Sessões, em 24.10.91

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Finda a leitura do expediente.

Anunciamos a presença nesta Casa dos alunos da 8.^a série da Escola Estadual Brasil de Araújo do município de Bela Vista do Paraíso que se encontra acompanhado da Prof.^a Suko Kamita, sintam-se a vontade e obrigado pela presença.

Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. JOSÉ TAVARES - Sr. Presidente Heinz Herwig, Presidente desta Casa em exercício, apenas para registrar que, com muito orgulho, eu também estudei no Grupo Escolar Brasil de Araújo, de Bela Vista do Paraíso. Portanto, é uma honra muito grande para um ex-aluno deste estabelecimento receber aqui crianças estudantes da minha terra, que é onde nasci, e que estudam aonde eu fiz os primeiros anos do primário e do secundário. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Heinz Herwig) - Pode ser que saia mais algum Deputado lá de Bela Vista.

O SR. JOSÉ TAVARES - E o Deputado Domingos Carvalho também estudou lá.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Sr.^a Deputada Emília Belinati, Senhores Deputados.

Vou apresentar uma série de projetos, porque quando o Deputado se eleger, vai à praça pública, ou em cima de um caminhão ou em cima de um tablado, como já fiz por várias ocasiões, percorrendo o Estado do Paraná com o Deputado Severino, com o Deputado José Tavares. Antes, quando começamos o MDB, eu, Antônio Belinati, Tavares, correndo muito o Paraná.

Naquela época eu era apenas o apresentador dos ilustres Deputados. Hoje, eu sou Deputado Estadual. E nós ficamos com sonhos. Mas, ficamos com medo, também. Vou trazer, encaminhar à Comissão de Constituição e Justiça, já está no término, a elaboração, de alguns projetos autorizatórios. O Governo fará se o quiser. Porque são ideias. Ideias que brotam de um repórter que vive o dia-a-dia e o submundo da violência.

O primeiro projeto autoriza o Senhor Governador do Estado do Paraná a permutar

ou comprar uma área de terras, para se criar no nosso Estado a penitenciária do campo. Não nos moldes da penitenciária agrícola, que temos aqui. Nós temos que criar uma penitenciária arrojada, evoluída. Como temos nos países desenvolvidos.

Permitam-me voltar um pouquinho. Esta semana um marginal adentrou à residência de uma família que estava de bem com a vida, um representante comercial. O bandido entrou dentro da casa com revólver em punho, meteu a máquina na cara da esposa, da família inteira, humilhou, brincou e seqüestrou o empresário. Na saída para São Paulo, sofreu um acidente. O bandido não morreu. Quem morreu foi o empresário, um pai de família, um representante comercial. E, ao entrevistá-lo, ele diz: "sou bandido, vou continuar matando, vou continuar roubando, porque na penitenciária eu só vou aprender a roubar, a matar, porque dentro da penitenciária eu não tenho nada para fazer".

Então, Senhores, porque não temos no Paraná uma penitenciária modelo, como temos em outros países desenvolvidos, aonde o preso levanta de manhã, ele é obrigado a levantar de manhã, tomar o seu café e partir para o seu trabalho, dentro da penitenciária. Ele tem que trabalhar para produzir, ele tem que plantar para pagar o sustentáculo do seu dia-a-dia! Ele tem que produzir a sua comida, em vez de, como fez o Dr. José Maria Correia, Diretor da Polícia Civil, ter que ir à Londrina levar 80 milhões de cruzeiros, para dar de comer aos presos. Como eu vi, se não me falha a memória num jornal de grande circulação no interior do Paraná, um carcereiro que tira dinheiro do bolso para dar a comida aos presos da sua delegacia.

Ora, Srs., nós temos que evoluir, avançar, correr, caminhar ao encontro do futuro! Nós não podemos parar, nós temos que ser arrojados!

O Governo que está aí diz que é arrojado. Eu o parabeno se ele o é, mas eu gostaria que ele nos provasse e criasse no Paraná uma penitenciária modelo para o preso não ficar o dia inteiro tomando sol e jogando baralho. O preso tem que produzir, porque somos nós, o Paraná, que pagamos com nossos impostos a sua comida dentro da penitenciária central do Estado, na penitenciária do Açu, ou na própria penitenciária agrícola do Paraná!

Esse é um dos projetos que eu ainda, quando for apresentá-lo, depois do parecer da Comissão de Justiça, eu quero ler, na íntegra a justificativa, porque eu vou fazer uma análise do sistema penitenciário do Paraná e do sistema penitenciário que atravessa a Nação brasileira.

Um outro ponto que me chama a atenção e que me deixa magoado é ver uma central

onde você vê carros de Ivaiporã, de Rolândia, do Sudoeste, de Jataizinho, de diversos municípios do Paraná, parados. Um sem roda, outro sem pintura, outro sem peças para o motor. Eu estou elaborando, carros que vêm de Cianorte, ou vêm de qualquer cidade do Paraná, o carro é obrigado a vir de qualquer cidade do Estado à capital, para ter o seu pneu.

Nós temos que acabar com este negócio da viatura estar quebrada e ter que ir no banqueiro do jogo do bicho para arrumar um pneu, ter que mandar um comunicado à capital do Estado para ter o carro arrumado, para arrumar um platinado. Quanto tempo leva uma viatura para vir de S. Carlos do Ivaí até a capital do Estado? Para a delegacia até a viatura chegar à capital! E aqui fica um mês, dois, três, ao relento, abandonada até. Então estou elaborando, pedindo no meu projeto, a criação, Srs., de uma central de abastecimento em todas as subdivisionais de Polícia do Paraná.

Por exemplo, Londrina atende a uma subdivisão, ali nós teríamos que ter uma central de abastecimento, com posto de gasolina, com oficina mecânica, com pneus. Nós teríamos que ter uma central de abastecimento para atender a Polícia Militar e a Polícia Civil. Em Ivaiporã, para atender a microrregião de toda Ivaiporã, Apucarana, para atender a microrregião de Apucarana. Ficaria mais descansado o delegado de polícia de ter que se humilhar, se ajoelhar através de expedientes para a diretoria da polícia civil ou até o próprio Governador do Estado, para pedir um pneu, uma peça para sua viatura.

Por que não caminharmos, por que não o arrojo de criarmos em todas essas subdivisionais de uma central de abastecimento-abastecimento total: a viatura quebrou, manda-se para a central não vai mais para Curitiba.

A viatura de Cambé quebrou, em vez da população ir procurar o futuro prefeito - Durval Amaral - não o fará, vai direto à central de abastecimento em Londrina e ali, a viatura, se está com o motor fundido ela vai ser consertada, se está sem o pneu vai ser colocado o pneu, se precisa de uma pintura ela vai ser pintada.

Então eu estou entrando também com este projeto, criando a central de abastecimento em todas as subdivisionais do Estado do Paraná, estou autorizando, o governo fará se o quiser.

E uma outra coisa que me chama a atenção, Senhores Deputados nesta tarde. Acompanhei eu um delegado de polícia atendendo um e as reportagens entrevistaram o preso. O Senhor é traficante de drogas? Não, eu sou viciado.

O que que faz o delegado ali na hora? Se for uma cidadezinha pequena do interior

ou até mesmo aqui na capital, seria muito meu Deus do Céu, o delegado que é bacharel, ele está ali para cumprir as leis, não para ser assistente social ou psicólogo.

Um preso que é detido com determinada quantidade de maconha ou cocaína, imediatamente o delegado já encaminha o preso para a sala da assistente social, a assistente social imediatamente com uma viatura vai buscar a família, enquanto a psicóloga fica conversando com o detento para saber o que vai ser feito imediatamente: é viciado?

É. Imediatamente tem que encaminhá-la para um médico especialista, para um laboratório, para os exames de praxe como existe nos países desenvolvidos, que ao lado das delegacias existem até laboratórios para exames para os toxicômanos.

No Paraná nós não temos, gatos pingados. Milhares de assistentes sociais são formadas e são formadas nas universidades deste país e às vezes estão passando fome, porque não têm um trabalho.

Milhares de psicólogas estão desempregadas e poderia senhores deste parlamento, serem empregadas em todas as delegacias de polícia do Estado do Paraná.

Ora, eu me lembro num passado não muito distante, me permita lembrar Deputado Tavares, em que o Deputado Tavares, naquela época perseguido pelo então Governador Jaime Canet, por quem tenho profundo respeito, não tenho nada contra, estou apenas lembrando, mas o Deputado Tavares antes de entrar na sua carreira política foi delegado de Polícia, perseguido porque honrava com seus deveres e fazia as leis serem obedecidas.

Lembro-me que em Goioerê, em Arapongas e até mesmo em Londrina, o Deputado Tavares era Delegado, assistente social, psicólogo... ele era tudo. O Senhor foi tudo dentro de uma Delegacia de Polícia.

É o que quero. Quero que o delegado seja delegado e que ao lado tenha uma sala com uma psicóloga, com uma assistente social, para analisar os problemas das famílias que tenham passado por crimes violentos, crimes bárbaros, crimes idiotas.

Muita gente tem medo de ir à delegacia de polícia. Muita gente passa na frente da polícia e tem medo. Então pode entrar: "vim aqui falar com a assistente social. Por favor, o meu marido foi assassinado, queria saber como está o inquérito". Imediatamente a assistente encaminha para o advogado.

Isto acontece nos países desenvolvidos. O advogado está ali pago pelo Governo do Estado. Mas não vejo isto em nenhuma delegacia do Paraná. Nenhuma! É deveria existir.

É mais um projeto autorizatório que

vou dar entrada nesta Casa.

Para não tomar o nosso tempo, são os meus sonhos, as minhas idéias, a minha vontade de ajudar a construir o Paraná, porque aqui somos, por milhares de vezes, assistentes sociais.

Somos eleitos para legislar. Mas se formos aos nossos gabinetes, eles estão abarrotados de paralíticos, indigentes, bóias-frias, sem-terras e uma série de serem humanos que batem às nossas portas pensando que seríamos nós "governo, o secretário de Estado". Somos apenas "o Deputado Estadual".

O Doutor Heber Soares Vargas, brilhante médico, um profundo apaixonado, participei com ele de vários seminários, de vários debates, a respeito da pior herança que a humanidade tem hoje, que é a violência do submundo da toxicomania, a violência das drogas. As drogas que destroem o lar. Faz mães brancas e negras chorarem, derramarem lágrimas de sangue, porque o filho ora é viciado na maconha, ora é viciado na cocaína, ora é viciado em anfetaminas.

Passam por este corredor e os Senhores estão convidados a ver um os arquivos que tenho no meu gabinete, dezenas de mães que vêm à minha porta dizer - ajude-me a salvar o meu filho - ajude-me a salvar a minha filha. Ela está morrendo na violência da cocaína ou de outros derivados tóxicos".

E aí, Senhor Presidente, Senhores Deputados, tentamos de alguma maneira encaminhar para o Rio Grande do Sul, com uma passagem, com um ofício, para Londrina, para a comunidade Cícero Arantes, com uma passagem, ou para Tupã, no Estado de São Paulo, que tem uma entidade espírita que está fazendo um trabalho maravilhoso.

E tem outras entidades evangélicas fazendo trabalhos maravilhosos com o nome de Cristo, para salvar o dependente da toxicomania.

Mas a toxicomania, ela é grave. Ela é profunda, numa análise geral o dependente tem que estar trancado, sem o contato com a família, e nesse isolamento ele tem que ter a psicóloga, a assistente social, o psiquiatra, a partir evangélico, o padre, aulas de recreação orientada, estudos, e só existe uma clínica assim nesse país, está em Porto Alegre, e ali são internados só os filhos dos magnatas, dos milionários, dos ricos, porque os pobres não têm condições de levar o seu filho até lá. E eu gostaria que nesse projeto autorizatório dar uma idéia ao governador Requião, fazer com que esta idéia transpusesse as paredes desta Casa e adentrasse no gabinete do Governador do Estado do Paraná e que ele criasse no nosso Estado o hospital da

vida. Não custa nada desapropriar uma pequena área de terras e fazer o projeto do Dr. Heber Soares Vargas, não é porque é da minha Londrina amada, terra do meu neto e dos meus filhos, todos os meus filhos nasceram em Londrina, meu neto nasceu em Londrina eu amo a minha cidade, e lá nós temos um homem chamado Heber Soares Vargas, que é uma capacidade em termos de toxicologia, em termos de toxomania, e ele me elaborou um projeto que quero dar entrada nesta Casa, não obrigando, não estou obrigando ninguém, estou dando uma idéia, o governador vai pegar a minha idéia na mão e vai ler, e vai dizer: posso aproveitar aqui, aqui embaixo, são idéias, esqueçamos que eu sou do PRN, do PMDB, do PDT, vamos unir as nossas forças e criar o hospital da vida, o projeto do Dr. Heber Soares Vargas no Estado do Paraná.

Eu voltarei a esta tribuna ainda com as mesmas idéias, idéias que na legislação passada todo mundo dizia, o Alborghetti já vem com seus projetos inconstitucionais.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO (Aparte - assentimento) - Deputado Alborghetti nós parabenizamos essa manifestação na sessão de hoje, lembrando um passado relativamente bem próximo. Me lembro no início do nosso mandato anterior quando V.Ea. era presidente da comissão de segurança no qual eu também fazia parte, como membro. Estivemos registrando a nossa preocupação, e na época o grande líder da preocupação da segurança no Paraná sempre foi V.Ea. Nós acompanhamos o trabalho, as reivindicações, endossamos, e tivemos a felicidade, no momento, é claro, tivemos a felicidade de receber o convite do Secretário Breda para visitar as penitenciárias no Paraná para que tomássemos conhecimento, e anunciando ele também que tinha, havia um projeto, um plano do governo de construir cinco pequenas penitenciárias no Paraná, e passamos o dia todo visitando, vendo da organização, dos problemas que tinha, e que lamentavelmente nós temos certeza que nada mudou cinco anos depois na data de hoje. Nós lamentamos, depositamos a esperança do Governador Álvaro Dias elaborasse uma obra como aquela, acreditamos também na vontade do secretário que afirmava categoricamente que iria esparramar por todo o Estado do Paraná cinco penitenciárias, e que iria naturalmente dar condição não tal e qual essa proposta sua, mas um pouco semelhante, pequenos presídios ligados à agricultura. Infelizmente, estamos frustrados até hoje. Lamentavelmente, Alborghetti, como você sempre empenhou, e nós empenhamos, a segurança é uma necessidade maior em nosso Estado em nossa nação, sem dúvida nenhuma nós sabemos, mas é preciso oferecermos oportunidade de trabalho e de

produzir para sobreviver para não ser, como diz o seu futuro projeto, um sacrifício para o povo do Paraná, mas sim para que aquele preso, pagando pelo erro que cometeu, pelo menos se sustente com o seu próprio trabalho, embora na penitenciária, tendo dignidade para sobreviver e condições de voltar.

Portanto, nós parabenizamos esse seu projeto, aguardando que venha logo, e vamos, naturalmente, lutar com V.Exa. para que tenhamos sucesso porque achamos que realmente é o caminho para se fazer alguma coisa significativa para o bem do nosso Estado, o Paraná.

Parabéns!

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Para finalizar, Senhores Deputados.

Eu voltarei à tribuna com as justificativas. Não estou obrigando ninguém a fazê-lo. Estou trazendo idéias e gostaria que elas transpusessem essas paredes e chegassem...

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Deputado, antes que termine o seu tempo, me conceda um aparte.

(Assentimento)

Eu felicito V.Exa. pela idéia do projeto. Acho mesmo que o Paraná precisa de um porto seguro para esse grande número de pessoas des governadas pela opressão da droga, da toxicologia. E eu que, recentemente, tive a oportunidade na comissão de constituição e justiça de observar pedido de autorização de um determinado procurador da república para processá-lo e que assumi inteira responsabilidade de parecer que, depois, os nossos pares todos referendaram, negando essa autorização exatamente porque alegava S.Exa., o procurador da república, que se devia processar o Deputado Alborghetti pela licença da sua linguagem na televisão, licença essa, exatamente, decorrente da revolta contra os traficantes de drogas porque eu sei que vem do íntimo do seu ser, do íntimo de sua alma. Eu me sinto gratificado por ter escrito aquele parecer como me sinto gratificado por ser seu colega nesta Assembleia. Na verdade nós precisamos fazer a nossa parte no grande esforço nacional de ajudar o Brasil.

A nossa sociedade, ferida de desesperança, não tem direito de já não ter idéias. É muito importante que da crise nós geremos as oportunidades de salvação nacional. Eu vejo como muito positiva essa sua manifestação ao senhor governador do Estado e eu acho que, doravante, nós devemos nos transformar numa espécie de grevistas japoneses - os japoneses, só em dizer a tradição, quando fazem greve trabalham em dobro, exatamente para quebrar a

empresa a qual eles querem infligir as suas reivindicações - Eu acho que a Assembleia, sobretudo a oposição do Paraná, deve de trabalhar em dobro criando muitas idéias para que o governo do Estado saia, inclusive, dessa sua inércia de só gastar 6% do orçamento em investimentos e manter 94% do orçamento para a sua própria auto-sustentação.

Eu vejo, Deputado Alborghetti, na sua manifestação nesta tarde uma manifestação de cura, de luz, de esperança para a nossa sociedade ferida de desesperança e espero que o governador do Estado compreenda o relato que vem da sua experiência e faça, exatamente, acontecer alguma coisa no sentido de que os que são os feridos pelo problema da droga tenham um espaço de cura e de proteção.

Meus parabéns, Deputado, é muito honroso tê-lo como companheiro.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Finalizando, eu agradeço os apertes e gostaria de voltar a esta tribuna porque ainda estou magoado; não haveria necessidade de nós abarrotarmos os nossos gabinetes de cadeiras de rodas. Não haveria necessidade de nós fazermos o que eu fiz no meu gabinete, uma mini farmácia para atender os pobres. Não haveria necessidade disso.

Haveria necessidade como se faz nos países desenvolvidos, um escritório central em cada grande metrópole do Paraná é outro projeto que está aqui elaborado, onde o paraplético cheque, fale boa tarde - eu sou deficiente, não tenho uma cadeira. O Senhor pode me dar? Imediatamente assistente social e a psicóloga vão entregar a cadeira de rodas.

Boa tarde, eu estou com esta receita médica, sou pobre, sou desempregado, preciso comprar esses medicamentos, porque eu tenho um filho em casa na cama, sofrendo, porque é doente. Os Senhores poderiam me fornecer esses medicamentos?

Tudo isto está na constituição brasileira. Tudo isto está. Lamentavelmente, posso me reportar aqui ao único parlamentar que esteve em Brasília, que é o Deputado José Tavares, novamente falo em V.Exa., na constituição brasileira, mas tudo isso não está sendo cumprido em termos de Brasil.

Quer dizer mais uma vez estamos sendo enganados.

Muito obrigado e até uma próxima vez.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário das Lideranças.

PTB - Declina.

Bancada Independente - Declina.

PT - Com a palavra o Senhor Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores e Senhores Deputados.

Nós já temos sete meses de governo Roberto Requião, sete meses de discurso que saúde e educação são prioridades e sete meses de nulidade de ação nesses dois setores.

No setor de educação o que tinha que ser dito, o Deputado Paulo Maia o disse ontem e muito bem.

Na questão de saúde um governo que faz o discurso de que tem como prioridade esse setor estabelece no orçamento do ano que vem o montante de 3,1%.

Significa que a prioridade é somente discursiva e que na prática vai continuar o atual caos, o atual sucateamento que se encontra. É tão sucateado o setor saúde é tão desprestigiado e na prova concreta do dia-a-dia mostra que não é prioridade porque o governo não procura resolver um problema sério e cadente que se coloca hoje, que é a greve daqueles servidores.

Apesar do discurso do Deputado Orlando Pessuti ontem, dentro de uma agressividade que às vezes lhe é peculiar, dizer que o governo está interessado em resolver a situação da saúde, não tem se dado na prática, porque até agora não procurou solução para esta greve.

Os servidores do setor de saúde só este ano tiveram uma perda salarial de cerca de 170% e ao procurar o Chefe da Casa Civil, Deputado Caíto Quintana, receberam um não e no que diz respeito ao Plano de cargos e salários disse que este ano não fará proposta nenhuma e que discutirá o ano que vem. Isso já dizia o governador Alvaro Dias e assim se passaram 4 anos.

Na questão do regime único, que a bancada governista, tão preocupada em defender a legalidade, o Governo também não tem cumprido, pois o regime jurídico único já era para ter sido votado até abril do ano passado e até o momento nesta Casa não deu entrada nenhum projeto e nem sequer foi votado, porque aqui também não teve esse projeto. Alvaro Dias para cá não enviou e Requião muito menos, e diz que talvez o ano que vem enviará para cá a proposta do regime único. A Fundação de Saúde Caetano Munhoz, uma das Fundações que foram transformadas em Autarquias, continua esquecida nos projetos, uma vez que todas as demais Fundações, dando agora com as Fundações de ensino superior, já receberam a proposta de recomposição mesmo abaixo de todas as perdas que ela tem, mas a Fundação de Saúde Caetano Munhoz continua sem ter a sua proposta mínima de recomposição. Os servidores públicos do Estado que são massacrados economicamente, que tem uma perda salarial violenta, tem tido também que entrar em greve os próprios servidores do IPE para melhorar o salário, e enquanto

eles lutam para melhorar o seu salário, acabam ainda prejudicando, em parte, os servidores públicos, involuntariamente, porque eles estariam lá e estão lá para atender os servidores públicos. Em nome do Partido dos Trabalhadores nós queremos dizer que apoiamos os servidores da Secretaria de Saúde, os servidores da Fundação de Saúde Caetano Munhoz e os servidores do IPE, e cobramos do governo do Estado, da sua liderança nesta Assembleia Legislativa e dos Parlamentares que me apóiam, solução rápida e imediata, porque não adianta o discurso da prioridade se ela não tem se dado na prática. Não adianta o discurso demagógico dos parlamentares que apóiam o governo, apresentando requerimento de apoio às greves dos servidores públicos federais, quando para os servidores públicos do Estado do Paraná nada fazem, a não ser pisarem sobre esses servidores e massacrá-los com achatamento salarial e sem debate nenhum. Não adianta essa postura de dizerem que são democráticos, que defendem aposentados e defendem servidores da esfera federal. Eu quero ver é defender os servidores aqui do Estado que tem uma perda salarial superior ao dos servidores públicos federais e que quando lutam por negociação não existe a negociação e quando vão à greve, como já vários foram, são xingados, desrespeitados e humilhados pelo serviço público. Nós do Partido dos Trabalhadores apoiamos esses servidores, estamos ao lado deles e gostaríamos de que a Bancada de sustentação do Governo assumisse uma posição de solucionar o problema e não de lavar as mãos e xingar o Governo Federal dizendo que ele maltrata seus servidores, enquanto Roberto Requião faz a mesma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ainda no Horário das Lideranças.

PL com a palavra.

(Declina).

PDT com a palavra. Deputado Rafael Greca de Macedo.

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, com a negativa do Supremo Tribunal Federal à liminar implantada pela Bancada Federal do meu Partido PDT, a USIMINAS está indo a leilão neste momento na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, sob juízo, com o Governo aceitando como pagamento a utilização de títulos da dívida agrária e de títulos da dívida externa no programa nacional de desestatização. Uma verdadeira batalha campal se armou no centro da Cidade do Rio de Janeiro, hoje, no início da tarde, quando perto de três mil manifestantes tentavam defender o seu ponto de vista do interesse nacional, impedindo esse leilão, sobretudo

ainda antes que o Congresso Nacional votasse a medida provisória que define as moedas necessárias para o leilão. A medida provisória ainda está tramitando no Legislativo. No entanto, mesmo "sub judice" do Supremo Tribunal Federal, o leilão se está realizando. O fato da liminar do PDT ter sido recusada por unanimidade não dá garantia plena aos participantes do leilão da USIMINAS e das empresas que o Governo pretende privatizar nos próximos meses.

Durante o Plano Collor o Supremo Tribunal Federal negou liminares em ações semelhantes pelos mesmos argumentos, por exemplo, o caso da decisão do Ministério da Economia de utilizar a taxa referencial diária para corrigir o Imposto de Renda a pagar pelos contribuintes que optarem pelo parcelamento. A liminar foi negada, mas na apreciação do mérito a indexação acabou sendo considerada inconstitucional naquela que foi uma grande vitória do patriota, que é o nosso confrade de partido, o Deputado Federal e ex-Governador da Bahia, grande patriota Doutor Valdir Pires.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. A História não se faz de dogmas, e há quem veja na postura do Doutor Leonel Brizola e do nosso Partido a insistência no dogmatismo histórico de que o que foi conquistado pelo povo brasileiro deve ser mantido a qualquer preço ou a qualquer custo.

Nós aceitamos que a História flui, agora nós não podemos aceitar e precisamos repudiar veementemente é exatamente que se transforme o pretexto da modernização do País, o pretexto da modernidade administrativa, o pretexto do País seguir os créditos liberalizantes que fizeram o progresso da Inglaterra, da Espanha, da Suécia, da Itália, progresso esse não descuidado das conquistas sociais do povo, da criação da igualdade de oportunidades para todos, nós não podemos concordar que transformem esse pretexto num momento para que se expolite a Nação, para que se venda, por exemplo, o que vale 9 bilhões de dólares, no caso a USIMINAS se tivesse que ser reinstalada hoje com todo o seu parque siderúrgico por 250 milhões de dólares, ou 350 milhões de dólares. O fundamental é que a privatização se faça sob o signo da moralidade administrativa, que se faça sob o signo da proteção das riquezas nacionais; e se for para fazer a privatização que ela se faça com o elevado propósito de salvar o Brasil e não de afundar cada vez mais o Brasil.

Dentro desta ideia de salvarmos o Brasil, o Jornal "Indústria e Comércio" tem feito publicar uma série de anúncios falando da necessidade de se restaurar o "império da luz" na sociedade brasileira, ferida de desesperança.

O anúncio chama-se "O Brasil que o

Brasil esqueceu", e fala que nós temos o 10º PIB do planeta, que nós somos o 6º maior país do mundo em estudantes, em jovens, que nós temos 5 milhões e meio de crianças em idade escolar, quando tantos países da Europa precisam mandar até comprar as nossas crianças para que possam ter herdeiros no futuro.

Este anúncio do jornal "Indústria e Comércio" fala que nós temos o 7º parque industrial do mundo; somos o 2º maior produtor de ferro e de manganês; somos o 7º país produtor de ouro e de energia elétrica. Mas, feridos de desesperança, nos colocamos arrasados como que marcados pelo fracasso de um plano econômico que não quer significar de maneira nenhuma o fracasso da Nação. A Nação precisa ser maior do que a crise; a Nação precisa ser maior do que a pequenez dos governantes; a Nação precisa ser maior do que os seus homens públicos; a Nação precisa vencer as saúvas que querem devorar o patrimônio nacional.

Então, eu estou apresentando à Assembleia um voto de inserção nos anais da Casa dessa série de anúncios que o Jornal "Indústria e Comércio" está fazendo publicar. A nossa postura de crítica ao Presidente da República não nos deve lançar na postura dos oradores dos anos 50, que nas assembleias estudantis ou nos parlamentos jamais eram aplaudidos se não falassem primeiro da sua tristeza pelas criancinhas que morrem de fome. Nós precisamos falar dessa tristeza, dessa perplexidade. Precisamos não perder a capacidade de indignação e nem de denúncia; mas não nos devemos deixar abater.

Vende-se a USIMINAS nesse momento. Vende-se a USIMINAS, mas como disse o Governador Leonel Brizola pela televisão: "Vende-se a USIMINAS com forte cerco policial, sob protestos parlamentares do PDT e dos Deputados nacionalistas e, sobremaneira, com a medida sob juízo do Supremo Tribunal Federal". Para que saibam que a terra ainda tem dono, porque alguém precisa repetir o papel do Índio Guarani, Sepé Tiaraju, que, quando Portugal e Espanha no Tratado de Madrid, em 1721, vieram tomar os Sete Povos das Missões, as terras a Oeste do Paraná, as terras a Oeste do Rio Grande do Sul, este homem se postou na frente da sua aldeia, da sua igreja e do seu povo, e fincando a sua lança no chão, disse: "A terra tem dono".

O SR. PAULO MAIA - Eu me solidarizo com o pronunciamento de Vossa Excelência e gostaria de registrar também neste momento que o que Vossa Excelência coloca e o que se vê a nível de Brasil, nada mais é do que a falta de credibilidade. O povo está cansado de ser enganado. E, no momento em que se vende a maior Estatal, a Estatal

que tem dado lucro, mostra-se de fato a manifestação do povo nas ruas contra esse absurdo. Por que não se tenta negociar essas empresas estatais que têm trazido prejuízo ao Brasil para ver se os interesses seriam tão grandes quanto os que estão sendo em relação a USIMINAS.

Então estamos vendo nada mais nada menos, neste momento, manifestações com derramamento de sangue, em frente a Bolsa de Valores no Rio de Janeiro, como um protesto do povo brasileiro que está cansado de ser enganado, cansado de ser ludibriado, como Vossa Excelência coloca muito bem.

Parabenizo Vossa Excelência com este registro na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - (Faz soar os timpanos).

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO - Deputado, eu o agradeço. Agradeço a delicadeza de suas palavras e repito para todos os Deputados de todos os Partidos: alguém precisa dedicar a sua vida à ideia tão forte de que trata esta terra tem dono. O dono é o povo brasileiro!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Horário das Lideranças ainda.

PRN.

(Declina).

PSDB.

Deputado Antônio Annibelli tem a palavra.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Que dia maravilhoso para o nosso Parlamento Estadual este 24 de outubro em que, por esta tribuna, desfilarão Deputados de Partidos diferentes, falando sobre os problemas desta Nação e deste Estado.

Prestei, Senhores Deputados, atenção a cada Deputado que falou nesta tarde.

E que tristeza foi ver esta Nação maravilhosa - que recebeu nestes últimos dias a bênção do Santo Papa, que veio semear a esperança visitando favelas, procurando conhecer a fome do povo brasileiro, as suas moradias, - tão rica mas infelizmente tão mal administrada. Um Governo incompetente que jurou fazer desta Nação o País da esperança, o País da seriedade e que ia colocar os corruptos na cadeia. E hoje campeia no País a comissão e liberação de dinheiro público, onde, o Deputado Rafael Greca, se vende a USIMINAS às custas da força policial de policiais famintos e às custas do sangue do povo brasileiro, onde o Deputado Alborghetti clama por clínicas para cuidar dos doentes, dos viciados, quando nós temos um número de menores sendo mortos a cada dia, a cada

hora por policiais famintos também, por bando de exterminadores e os trabalhadores de um salário de fome, em que os donos de mercado aumentam de madrugada para o dia seguinte, e o funcionalismo público Estadual e Federal é obrigado a pegar as conduções e vir cumprir a sua obrigação, com miséria, com lágrimas, com doenças. Que País onde o professor comemorou o seu dia no dia 15 com lágrimas nos olhos eu tenho certeza, onde esta Nação Senhores Deputados eu ouvi o aparte do Líder do PFL, que apoia os projetos do Governo Federal, onde até o Exército, glorioso Exército Nacional hoje, é acusado de corrupção. Onde, Senhores Deputados do PRN e do PFL, onde iremos parar nesta Nação, tão infeliz, onde o Governo se fosse num Regime sério, num Governo com um Supremo Tribunal que talvez concedesse a liminar antes da medida provisória ser votada porque um Líder incompetente do PFL no Congresso Nacional não obteve quórum para votar a medida, para dar um pouquinho de moralidade no leilão da USIMINAS.

Mas faço este apanhado companheiros, para dizer que resta uma esperança no fim do túnel, que essa esperança talvez foi ontem a vitória do Senador José Richa, ao conseguir a aprovação da sua Emenda antecipando o Plebiscito Nacional do ano de 1993, onde infelizmente o PDT de Leonel Brizola votou contra. Onde talvez saia uma luz, porque num Regime sério, num País sério, Senhores Deputados um caso da ex-Ministra Zélia com o ex-Ministro Bernardo Cabral, traduzido num livro que será um Best Seller, pela corrupção desta Nação num Regime Parlamentarista, Senhores Deputados este Governo já tinha caído de podre na noite que fosse divulgado um livro escandaloso destes. Mas num País de corrupção, de desmandos, de fome, de insolvência, de desencanto e de desesperanças, todos esses atos, todos os Deputados que aqui passaram o ato que está acontecendo no Rio de Janeiro não é capaz para que um Presidente tivesse vergonha na cara de dar um tiro no ouvido como fez Getúlio Vargas, ou tivesse a dignidade de renunciar ao seu mandato e fosse embora gastar o dinheiro que levou para as Ilhas Seichelles, quando daqui fugiu com um jato para esconder os dólares do resto da campanha do PRN e do PFL.

Este País precisava ter alguém que gritasse de que acharemos um dia alguém que grite, que feche Congressos, que feche Assembleias, onde nossos Prefeitos estão passando miséria, quando o nosso trabalhador não tem o que comer. Nós precisamos sair desse marasmo. Não sei se serão as Forças Armadas ou alguém que apareça neste País e diga: este País tem dono, este País tem vergonha, nós somos pais, te-

mos filhos para sustentar e crianças para educar.

Nós precisamos companheiros do PMDB, de alguém que denuncie a corrupção como Roberto Requião, de alguém que administre com seriedade, como foi José Richa, como está sendo Roberto Requião, como dizem que foi Álvaro Dias. Nós precisamos que o exemplo do Paraná, se faça cadeia, se faça escola correcional, se pague melhor os funcionários, os professores e talvez no Paraná saia alguém ainda para buscar o crédito da Nação e fazermos deste País que algum paranaense, alguém de seriedade, alguém assuma esta Nação para expulsar os ladrões e os covardes e os que infelicitam esta Nação!

Parabéns, Senado da República! Parabéns, grande Senador José Richa!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrando o Horário do Expediente, passamos à

ORDEM DO DIA

com a presença de 42 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício n° 129/91, subscrito pelo Senhor Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente, justificando sua ausência na presente Sessão Plenária. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 478/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 100/91, que dispõe sobre a remuneração do pessoal docente das Autarquias de Ensino Superior do Estado do Paraná, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Em discussão.

O DR. ROSINHA - Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Para discutir, com a palavra o Deputado Doutor Rosinha.

O DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados; as universidades estaduais passam por uma das piores crises de toda a sua existência. Crise essa agravada nos últimos meses, após a tomada de posse do Governador Roberto Requião.

As universidades vinham tendo dificuldades de caixa, dificuldades em resolver os problemas dos servidores, dos trabalhadores, e hoje vêm tendo sérias dificuldades de relacionamento político entre a administração, Governo do Estado e os seus

servidores, principalmente.

Nós queremos, no momento de discutir este projeto, ler a carta que nos foi enviada e provavelmente a todos os Senhores Deputados, pelo professor Gelson Luiz de Albuquerque e pela professora Angela F. da Cruz, Presidente e Secretária Geral, respectivamente, da ADUEM. Esta carta vem datada de 1° de outubro. Aliás, ofício n° 13/91.

(L2)

"Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual:

O presente Ofício tem o propósito de denunciar a lastimável situação que o Governador Roberto Requião tem imposto a sociedade paranaense. E tem também, como propósito particular, solicitar a Vossa Excelência manifestação de como legítimo portador de mandato público.

A sociedade paranaense criou, nos últimos anos, enorme patrimônio cultural que tem contribuído, decisivamente, no desenvolvimento do Estado e por conseguinte, do Brasil. Neste Estado, universidades foram criadas, professores foram qualificados, condições de pesquisas científicas emergiram, convênios nacionais e internacionais foram celebrados. Também, milhares de estudantes se formaram, milhares de pessoas tiveram acesso a serviços diretos das universidades, e desta forma, é desnecessário dizer, as universidades têm ajudado a conferir ao nosso Estado uma face e uma estrutura avançada no processo civilizatório e gerador de plena cidadania.

Contra a dinâmica acima apontada, que inegavelmente é difícil supor-se que qualquer portador do mínimo senso comum possa levantar-se, o Governador Roberto Requião levanta-se. Entende e confunde a vocação agrícola do Estado, com um destino medíocre e dependente. E, dentro de sua idiossincrasia, gera um processo de destruição de todo este patrimônio. Retira dinheiro das universidades, imobilizando-as. Bibliotecas estão para fechar, hospitais universitários sobrevivem da maneira mais precária possível, verbas para a pesquisa (já aprovadas em Constituição Estadual) não são repassadas, professores migram para outros centros, laboratórios estão sucateados. O processo educacional é objetivamente colapsado. Técnicos administrativos são absurdamente pauperizados. Enfim, o Governador Roberto Requião projeta a sua visão e ação política de administrador moderno esquecendo a trajetória histórica da sociedade emancipadora.

Gostaríamos que o Senhor Governador antes de tomar qualquer atitude em relação às Universidades, sentasse à mesa e discutisse os problemas com a comunidade universitária, alterando assim, as atitudes autoritárias que vem tomando desde que assumiu o Governo Estadual. A negociação é a

palavra-chave.

A Universidade não foi consultada e está a mercê da vontade do Senhor Governador, encoberto pela pressão de marketing de propaganda contra o funcionalismo público e sobretudo em relação às universidades.

Solicitamos ao Excelentíssimo Senhor Deputado que nos visite, que entenda a situação em que nos encontramos, não dentro da perspectiva corporativista que querem impingir, porém dentro da perspectiva histórica de que fizemos parte. Perspectiva que por força de seu mandato encontra em nossa luta parte do processo emancipador da sociedade brasileira.

Saudações universitárias.

(aa) PROF. GELSON LUIZ DE ALBUQUERQUE

Presidente

PROF.^a ANGELA F. DA CRUZ

Secretária-Geral

(Termina de ler)

É através do marketing político, antes mesmo do processo que hoje votamos e será votado, o Senhor Governador foi para os meios de comunicação, para a imprensa e provavelmente gastou fortunas que daria para pagar melhor salário dos professores e dos servidores da Secretaria de Saúde. Fez milhares de panfletos, como esse aqui que tenho nas mãos, distribuiu nas cidades de Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Toledo e Cascavel. E quero dizer e afirmar que este panfleto e a propaganda de televisão é mais uma mentira do Governador Roberto Requião. Diz o Governador que ele já concedeu um reajuste de 151 a 272%. Isso se contamos desde setembro do ano passado, quando Roberto Requião não era Governador! A data base do servidor público das Universidades estaduais que é setembro, este ano não teve negociação nenhuma! E esse reajuste que hora votamos propõe de 11 a 144%. E não deve ser chamado de reajuste, como este ato falho que acabei de cometer. Porque isso não é reajuste! É diminuição das perdas salariais destes trabalhadores.

Diz este panfleto que os professores terão salários, mínimo de Cr\$ 278.499,00 e máximo de Cr\$ 953.826,00. Eu desafio Roberto Requião a provar se na Universidade de Ponta Grossa que é a que eu mais conheço tem algum professor que percebe este salário de Cr\$ 953.000,00. Desafio ele e a Bancada Governista a provar se tem algum professor recebendo este salário, principalmente na Universidade de Ponta Grossa!

Os salários dos professores destas Universidades variam de Cr\$ 278 a 545.000 e somente cerca de 21% têm o salário de Cr\$ 500 a 545.000. Os servidores que dizem ter tido reajuste de 11 a 144%, nós, se formos decodificar isso tudo chegamos à

conclusão que 77% dos funcionários vão receber salários entre 50 e 160 mil, nas Universidades.

Em Ponta Grossa somente 6% recebe mais do que Cr\$ 166.000. A perda salarial de data base é de 208%. E isso não se fala em discutir! Os auxílios de creche, há dois meses não repassam para as Universidades, o auxílio alimentação está congelado e não se fala em negociação ou reposição deste congelamento ou fim dele.

Diz o panfleto do Senhor Governador, salário de professor de Cr\$ 453.000,00. Para receber este salário o professor precisa satisfazer três condições: 1) ter doutorado, o que lhe dá direito a 25% de acréscimo; 2) trabalhar em regime de dedicação exclusiva, na Universidade, o que lhe dá mais 20%; e a 3.ª condição: ter 32 anos de ensino nas Universidades. É essa a condição para receber este salário e no entanto o Governador passa esta opinião mentirosa para a sociedade paranaense e termina o seu panfleto dizendo o seguinte: "Mas o Governo e a sociedade paranaense exigem a contrapartida dos professores e funcionários, e exige deles mais trabalho e dedicação, melhor qualidade de ensino, administração mais ágil e competente, racionalização da universidade. Isso eu tenho absoluta certeza que todas as universidades já o fazem. E eu em nome do Partido dos Trabalhadores, digo que votaremos favoráveis porque não queremos o achatamento e uma perda salarial maior a esses servidores. Mas cobramos do Governo, o fim da mentira, que é o que exigimos! Que se seja democrático para negociar, e que acabe essa ditadura do Governo Estadual do Paraná, porque já estamos cheios de mentiras via meios de comunicações, já estamos cheios de hipocrisia que em 7 meses já foi o suficiente para nos incomodar e já deixar a população paranaense vendo que o Governador é mentiroso pelo menos pelos meios de comunicação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Encerra a votação. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 381/91, de autoria do Deputado ALBINO CORAZZA e OUTROS, fica regulamentado o artigo 17, inciso IV, da Constituição Estadual e adota outras providências conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, emenda supressiva-aditiva de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Albino Corazza, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

**EMENDA SUPRESSIVA-ADITIVA, DE PLENÁRIO,
AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 381/91**

Altere-se o Art. 6º do presente projeto de lei suprimindo os termos "nomeado em comissão" e acrescentando, ao final do caput "em Lei Municipal".

Art. 6º - Nos distritos onde forem instaladas subprefeituras poderá haver administrador distrital com remuneração e atribuições fixadas em Lei municipal.

Sala das Sessões, em 23.10.91

(a) ALBINO CORAZZA

Apoio: Toti Colaço, Eason Silva Lino, Dobrandino da Silva, Severino Félix.

JUSTIFICATIVA:

A Lei orgânica da maioria dos municípios paranaenses prevê a existência de administradores distritais e em cada uma está especificada a regulamentação do assunto, algumas, inclusive, prevendo que os mesmos serão eleitos pela própria comunidade distrital.

Sendo objetivo do presente projeto de lei a manutenção da autonomia dos municípios no que diz respeito à organização de seus distritos, deve ser preservado o que está previsto na Legislação própria de cada Município.

O projeto será encaminhado de volta à C.C.J.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 423/91, de autoria do Deputado ALBINO CORAZZA e OUTROS, prorroga o prazo de que trata o artigo 7º da Lei Complementar nº 56 de 18 de fevereiro de 1991, em conformidade com o Parágrafo 1º do artigo 1º da Lei Federal nº 8.214, de 24 de julho de 1991, até o dia 1º de maio de 1992. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em regime de urgência. Aprovado, artigo por artigo.

Com voto contrário do Senhor Deputado Basílio Zarusso.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 037/91, de autoria do Deputado ALBINO CORAZZA NETO, da nova redação do Artigo 1º da Resolução nº 14/90, que autoriza a realização de plebiscito para a criação do Município de Bragantina, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em regime de urgência. Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 427/91, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, autoriza o Poder Executivo a permutar imóveis urbanos com o Município de Ivaiporã. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Em regime de urgência. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 120 de 23.09.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 427/91

PARECER:

O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Senhor Deputado Orlando Pessuti, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a permutar os imóveis urbanos que especifica com o Município de Ivaiporã.

Procedida a análise legal, constitucional e regimental da proposição em exame, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa, estando a matéria em condições de ser apreciada pelo egrégio Plenário desta Casa de Leis.

Sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.10.91

(a) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

ROSSONI

Relator

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES,
E COMUNICAÇÕES**

PROJETO DE LEI Nº 427/91

PARECER:

O presente Plano de Lei, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a permutar os imóveis urbanos que especifica com o Município de Ivaiporã.

Procedida a análise legal e constitucional do Projeto pela Comissão de Constituição e Justiça, esta posicionou-se pelo parecer favorável, por entender que a matéria está em condições de ser apreciada pelo Plenário desta Casa.

Esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, nada encontra que possa obstar a normal tramitação do Projeto de Lei em questão.

Assim sendo, é o nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.10.91

(a) CEZAR SILVESTRI

Presidente

TOTI COLAÇO

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 449/91, de autoria do PODER EXECUTIVO-Mensagem nº 089/91, aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 234.616.000,00, para atender a programação da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Em regime de urgência. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 83 de 03.07.91 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 449/91

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 089/91, visa o presente Projeto de Lei aprovar crédito suplementar no valor de Cr\$ 234.616.000,00 para atender a programação da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, servindo como recurso para a cobertura do crédito, igual importância proveniente do próprio órgão.

Sob os aspectos constitucional, legal e regimental, o Projeto de Lei em análise não merece qualquer reparo, razão pela qual nos manifestamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.10.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

DURVAL AMARAL

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 449/91

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, oriundo da Mensagem Governamental n° 89/91, tem por finalidade aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 234.616.000,00 (duzentos e trinta e quatro milhões, seiscentos e dezesseis mil cruzeiros), para atender a programação da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, conforme específica.

O plano de lei em estudo, em sua parte legal e constitucional, já foi devidamente examinado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que por seu Relator, ofereceu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que obste a tramitação do referido Projeto de Lei neste Poder, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.10.91

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

RENATO ADUR

Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa, requerimento de n° 2830 de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2825, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2829, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2824, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2835, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2826, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2827, 2828, de autoria do Senhor Deputado Alceu Swarowski, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2832, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de n° 2831, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. Em discussão.

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimentos de n°s 2834, 2836, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2837, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2833, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2811, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado.

O SR. NILTON BARBOSA - Pela ordem, Senhor Presidente. Vou aproveitar para comunicar a Vossa Excelência e aos demais diretores da Casa, comunicar aos Companheiros da Assembléia, do nosso desligamento do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o PMDB. Nos desligamos do PMDB no dia de hoje, para no sábado nos filiarmos ao Partido Social Trabalhista acompanhando o grande líder paranaense ex-Governador Alvaro Dias. Então fica aqui, comunicado aos nossos companheiros e à Mesa Diretora da Casa que a partir da semana seguinte estaremos junto com os demais companheiros pertencendo ao quadro do PST sob a liderança do nosso companheiro Geraldo Cartá-

rio, mas é evidente que continuaremos fazer parte do bloco dos aliados nesta Casa. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tenho certeza que é uma grande perda para o PMDB, mas uma grande aquisição para o PST. Em votação o requerimento do Deputado Florisvaldo Fier. Aprovado, com o voto em contrário do Deputado Basílio Zambusso.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 28, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 427, 449 e 356/91.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 089, 159/91

do Projeto de Lei Complementar n.º 161/91 dos Projetos de Lei n.ºs 163, 267, 311, 353 e 375/91.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO RAFAEL GRECA DE MACEDO, EM SESSÃO DO DIA 24 DE OUTUBRO DE 1991.

QUAL A SUA PARTE NESTE ESFORÇO PARA AJUDAR O BRASIL?

Porque acreditamos no Brasil

Crença é algo inerente às pessoas nos bons e nos maus momentos da vida. Sem ela, não há esperança para ninguém. Por isso é importante continuar acreditando que existe um futuro melhor para o Brasil, a despeito das adversidades no percurso que atualmente trilhamos para construir a nação do porvir, para nossos filhos, os brasileiros do amanhã. Nunca é demais recordar o que somos, o que possuímos e o que podemos fazer. Uma injeção de ânimo é necessário para fazer fluir nas veias de nossa cidadania o desejo e a certeza de que o Brasil tem remédio.

É justamente nos piores momentos da história mundial que surgiram as condições psicossociais para o enfrentamento da crise. Exemplos? Muitos. Alguns recentes: a Alemanha do pós-guerra reergueu-se. Destruída, economia profundamente abalada, condições sociais no estágio da miserabilidade e da fome, passou para a posição de uma das nações mais ricas do planeta, com uma economia estabilizada, sem inflação, em que ao cidadão nada falta e o Estado tudo provê.

No Japão, que saiu do estado semifeudal, também profundamente abalado pela Se-

gunda Guerra Mundial, construiu-se um novo império que domina a tecnologia, a construção pesada, a siderurgia, a eletroeletrônica e muitos outros campos da produção, o que lhe garante liderança em termos de quantidade e qualidade industrial. O exemplo dos chamados "Tigres Asiáticos", também merece ser visto como espelho para os brasileiros.

Na Coreia do Sul, em Hong Kong, em Taiwan e em Cingapura, se desconhece o significado da palavra crise. Ali, o que vigora como palavra de ordem é trabalho.

Outro exemplo é Israel. Jovem nação, construída em terreno árido, sem recursos naturais sem água para mover turbinas de energia ou mesmo para o simples asseio doméstico, tornou-se em poucos anos industrializado e planta laranjas e muitos outros produtos agrícolas nas areias do deserto, dominando os processos de irrigação. Israel, Japão, os "Tigres" e até a Alemanha, têm cidadãos que acreditam e continuam acreditando em suas nações.

O que esses países não têm, são justamente as dívidas que o Brasil recebeu. É o quarto maior país do mundo em extensão contínua. Dispõe de 160 milhões de habitantes, grande parte jovem, possui energia potencial hidráulica em abundância, imensas áreas agricultáveis, recursos minerais incalculáveis e assim por diante. Estamos atravessando dias de dificuldades, tivemos que adotar planos econômicos para arrumar a casa, sem, contudo, conseguir debelar a corrosão inflacionária. São óbices que enfrentamos com tenacidade, coragem e até sacrifício. O fracasso de um plano econômico não significa exatamente o fracasso da nação.

Ao contrário, não podemos e não devemos esmorecer. O Brasil está aí, com muito ainda por fazer. E isso depende exclusivamente de nós.

Temos que acreditar nele, por que é o Brasil que vamos legar aos nossos filhos.

O BRASIL QUE O BRASIL ESQUECEU

Um dos mais emblemáticos fenômenos destes tempos de crise são os exercícios de autocomiseração e de descrença a que se entregam parcelas ponderáveis de uma sociedade ferida de desesperança. O pessimismo e o negativismo são as moedas de mais livre curso no Brasil de hoje, em que a estagnação econômica e o agravamento das desigualdades sociais levam vastos segmentos da coletividade até mesmo a negar as imensas potencialidades deste País.

Dados confiáveis, extraídos de relatórios de entidades internacionais respeitáveis, desenham, no entanto, um quadro da situação nacional do concerto mundial que está longe de autorizar desânimo ou desalento. Não é impossível que alguns desses

números hajam sofrido variações desde que o Governo elegeu a recessão como programa, mas certamente tais alterações não serão dramáticas a ponto de modificar na substância um cenário que nos coloca, entre as nações em desenvolvimento, como uma daquelas que melhores requisitos reúnem para avançar gradualmente rumo aos estágios de prosperidade e de bem-estar que caracterizam o Primeiro Mundo.

As últimas informações disponíveis indicam que continuamos a nos situar como os detentores da décima maior taxa do PNB do planeta, suplantados apenas pelos Estados Unidos, o Japão, a União Soviética, a Alemanha, a França, a Itália, a Grã-Bretanha, o Canadá e a China, e até à frente de nações como a Suíça, a Bélgica, a Espanha, a Suécia e a Holanda. Em termos de agricultura somos o primeiro produtor de café, de cana-de-açúcar e de laranja; o segundo de soja e cacau; o terceiro de milho; o sétimo de algodão e o décimo de arroz. Temos o segundo maior rebanho bovino, o quarto de suínos, somos o quarto produtor de aves. Somos o segundo produtor de ferro e de manganês, o terceiro em bauxita e de estanho, sétimo de ouro.

Nosso volume de geração de energia elétrica é o sétimo do mundo. Somos o sétimo fabricante de aço, o sexto de alumínio, o oitavo de cimento. Ocupamos a 11.ª colocação na fabricação de automóveis e a quinta na de veículos comerciais, detemos a nona maior frota motorizada, a segunda malha rodoviária, a oitava malha ferroviária, o décimo maior tráfego marítimo e o décimo maior tráfego aéreo; somos o sexto País em número de estudantes, o sexto em tiragens de livros e o décimo em linhas telefônicas. A produção de petróleo, de 700 mil barris diários, é superior à de muitos países autosuficientes e até exportadores. E localiza-se aqui o sétimo parque industrial do globo.

Nenhuma nação com tal potencial de desenvolvimento pode estar condenada à acomodação terceiro-mundista ou descer de seu futuro.

Nenhuma nação com tamanho desempenho produtivo pode voltar as costas ao crescimento econômico.

O que nos falta, em verdade, é um grande projeto nacional, que nos libere da vida do retrocesso e nos desimpege os caminhos rumo à retomada do desenvolvimento.

Para tanto é preciso vontade política. É essencialmente que o Brasil não esqueça do que já conquistou, nem se demita de sua vocação à grandeza.

É HORA DOS BRASILEIROS SE ENTENDEREM

As leis do determinismo histórico dentro do modelo marxista, estão irremedia-

velmente desmoralizadas pela falência do império soviético. Tornou-se evidente que o papel representado pelas nações não se subordina a condicionamentos dogmáticos. Nações são livres para desempenhar o papel histórico compatível com suas possibilidades. A História não flui como um processo inexorável. São as opções coletivas que fazem a História; opções livres fruto do consenso e da razão.

O Brasil não está condicionado pelos vícios do passado, pelos erros cometidos pelas gerações precedentes, por traumas que marcaram épocas já ultrapassadas. O Brasil é um país livre para optar e para construir o seu destino, a despeito das dificuldades que obstaculizam o pleno desenvolvimento. Vamos superar os problemas e os desafios não pelo determinismo desacreditado. Vamos romper as últimas barreiras do subdesenvolvimento, os derradeiros elos que nos prendem a uma situação de carência, mediante uma opção coletiva, através do entendimento nacional.

No aspecto material, temos tudo o que é necessário para embasar essa grande decisão nacional. Recursos naturais infra-estrutura, um parque industrial já instalado, recursos humanos, povo inteligente e com denso potencial criativo. Só nos falta escorraçar definitivamente o desânimo e o pessimismo diante de conjunturas que não são interpretadas a fundo e que, na aparência, surgem como desalentadoras.

O caminho que o Brasil precisa trilhar no último passo para chegar ao primeiro Mundo, é o caminho de um grande efetivo e sólido entendimento nacional. Não é admissível que um povo cuja cultura é marcada pelos valores da solidariedade, da compreensão, do espírito fraterno, não possa superar divergências menores e chegar a um denominador comum, capaz de mobilizar todas as energias da nação em torno de um objetivo maior.

Em condições bem mais adversas, outros países chegaram ao acordo nacional decisivo para uma histórica guinada de rumos, só para enumerar exemplos mais recentes: a Espanha e o México. Países tão latinos quanto o nosso, igualmente sujeitos ao arrebatamento pelas paixões, souberam sofrer os impulsos da discordância e concentrar energias para a consolidação do entendimento, acima de fatores de índole subalterna. O México, principalmente, soube superar problemas que afetavam até a legitimidade da eleição presidencial, aparando arestas muito agudas em prol do interesse maior da nação mexicana.

O Brasil, não tenhamos dúvidas, vai superar a fase do cada um por si e ganhar a autoconsciência necessária para que todos caminhem na direção do grande acordo que vai abrir um novo horizonte em nossa

História. Vamos, chegar a esse objetivo não esperando que surjam decisões de cúpula, mas reivindicando e exigindo, nas associações de classe, nos sindicatos, nas igrejas, nos clubes, em todos os níveis e escalões, que sejam suspensos os interesses menores para afirmarmos a nossa grande decisão histórica.

"Não é admissível que um povo cuja cultura é marcada pelos valores da solidariedade, da compreensão, do espírito fraterno, não possa superar divergências menores e chegar a um denominador comum, capaz de mobilizar todas as energias da nação em torno de um objetivo maior".

BRASILEIRO: TAMBÉM É HORA DE ACABAR COM O PESSIMISMO

O Brasil e os brasileiros estão perdendo a auto-estima e confundindo o transitório com o permanente, esquecem as lições do passado quando a sociedade soube subrepor às adversidades desde as decorrentes do "cracking" de 1929, passando pelos sofrimentos e privações da II Guerra aos contextos que nos deixaram próximos da Guerra Civil.

Um pessimismo militante se instalou como um vírus nas pessoas e ficou comuníssimo perceber que se valiam do quadro negativo, mesmo quando no Exterior e na presença de estrangeiros para ridicularizar não apenas as nossas autoridades, mas o próprio caráter nacional repetindo chavões como o de que De Gaulle tinha razão...

Não é de hoje que amplos setores fazem do negativismo uma opção existencial; houve época em que os discursos críticos se deliciavam na manipulação da matéria-prima das estatísticas sombrias para obter a catarse do público. Ai do orador parlamentar ou estudantil que não referisse emocionado a quantas crianças morriam por minuto no Nordeste brasileiro.

Durante o período do "milagre brasileiro", quando inegavelmente detínhamos as mais elevadas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto em escala mundial, quedamo-nos no extremo oposto de uma euforia extremada e incapacitada a perceber os custos sociais de todas as mudanças então processadas.

O Brasil é mais do que um país viável, não apenas pela excelência do seu processo civilizatório, de gente permeável à assimilação, aberta à miscigenação e à aculturação, capaz de encontrar como ninguém formas solidárias de organização e de expressão democrática, mas pelas dimensões continentais do seu território, com amplas faixas a explorar, de suas ricas potencialidades e pelo elevado grau de modernidade atingindo em variados campos da ciência e

da técnica.

Obviamente, a despeito do caráter complexo e moderno da sociedade, temos pontos de estrangulamento bem nítidos nos desequilíbrios regionais que ameaçam a unidade nacional e nos de classe, por uma deficiente sistemática de distribuição de rendas. Como diagnosticamos tais patologias não ignoramos as formas mobilizáveis de terapia. Se no passado o ufanismo atingiu a caricatura nas lições do conde Afonso Celso - o que por sua distância da racionalidade era vigorosamente criticado - hoje percebemos que o baixo astral que se instila no pensamento e na ação cotidiana dos brasileiros é muito mais nefasto e perverso porque sequer conservamos a ilusão de uma utopia, da Canaã, do gigante adormecido. Temos uma cultura rica em visões do nosso modo de ser desde as que exageravam na perspectiva do "homem cordial" à contraditória no arquétipo de Mário de Andrade com Macunaíma que em sua colagem etnográfica fundia mais de um tipo nacional na figura do "herói sem caráter".

O Brasil e o brasileiro são muito mais do que a rica tradição e seus gestos de ruptura, em inúmeras passagens históricas, desde a dos bandeirantes que alargaram as nossas fronteiras na disputa com os espanhóis, mostram que o nosso amanhã é mais vibrante e forte do que hoje e que a crise apenas torna mais agudo e nítido o desafio. Como apregoava Chesterton o próprio viver é uma resposta permanente aos desafios e para isso é preciso ter fé e convicção de que ao liberarmos o nosso potencial criador em todos os campos iremos bem além do que indicam as utopias para uma escalada ao Primeiro Mundo. E não se trata de retórica, mas de viabilidade impositiva de uma das dez maiores economias do universo. Na hora em que pudermos, em mutirão cívico, afastar a cerração do pessimismo divisaremos a meridiana clareza dessa amanhã de glória.

Essa é uma condição prévia para o entendimento - a da certeza de que o gesto solidário é a única saída.

"Mostram que o nosso amanhã é mais vibrante e forte do que o hoje e que a crise apenas torna mais agudo e nítido o desafio".

BRASILEIRO, COM ORGULHO

Sou um cidadão brasileiro, com muito orgulho. Meus ancestrais vieram de diversas partes do mundo - Europa, África, Ásia e da própria América Latina. Tenho, pois, minha história milenar ligada a gentes de muitas falas, cores, costumes, tradições culturais.

Sou cidadão brasileiro que, às vezes,

deixo trair o sangue eslavo, no espírito de justiça que regeu o projeto de vida de meus ancestrais que para cá vieram no século passado, em busca da Canaã representada pelas terras férteis do Sul;

Na cordialidade, na veia mística, na capacidade de doação e aceitação do Inevitável, sou um pedaço africano, confundo-me com os meus antepassados que tão docilmente ajudaram com seu sangue e com suas vidas, no trabalho lamentavelmente escravo, construir as raízes da nacionalidade;

Sou cidadão brasileiro que paciente-mente semeia a dúvida metódica, e com sabedoria avalia cada passo a ser dado no dia-a-dia. Nisto, lembro meus irmãos orientais, uns de origens bíblicas, outros, com feições de samurais a colher café no vermelhão do Norte do Paraná e nas amplas fazendas paulistas;

Sou o cidadão brasileiro ameríndio, uma amostra desta imensidão latino-americana, como face, gostos, costumes que me definem como um ser particularmente privilegiado. Sou o caboclo que sabe correr em suas veias raízes lusas, negras, espanholas, índias, mostruário - por que não dizê-lo - desse continente de Jorge Amado e Gabriel Garcia Marques;

Sou cidadão brasileiro que continua alargar os caminhos do Sul, tal como fizeram meus antepassados, assustados, apavorados diante do mato imenso, balbuciando palavras que arremedavam, sempre, no disciplinado espírito germânico, e na ousadia dos italianos;

Sim, tenho orgulho de minhas raízes. Sou esta síntese sem cor definida, com linguajares múltiplos, sotaques diversos, ambições e projetos do tamanho deste país que meus ancestrais ousaram definir como seu;

Tenho orgulho de ser cidadão brasileiro. Conquistei esta terra, cada centímetro deste chão identifica rastros de minhas muitas famílias - das primeiras chegadas com Cabral àquelas que continuam aqui aportando.

Não sou ufanista. Conheço os limites de minhas possibilidades, os limites que outros nos impõem. Mas sei que o Brasil é bem maior do que as tempestades e que os ritos de passagem para o pleno desenvolvimento fatalmente, acabarão por nos beneficiar. Pois, sendo um amálgama de tantos povos, eu e mais 150 milhões de brasileiros continuaremos a construir esta 8ª economia do mundo. Não fugimos da luta, somos capazes de erguer fantásticos exemplares de modernidade - como São Paulo e seu parque industrial de Primeiro Mundo, ao mesmo tempo que encaramos nossas deficiências como o dragão da maturidade a ser combatido;

Brasileiro, com muito orgulho, levan-

to-me cedo, encho diuturnamente os sistemas de transporte de massa das grandes cidades, no ganha pão cansativo. Mas é preciso ganhá-lo! Corro contra o relógio, equilibrando orçamentos domésticos e empresariais porque há muitas bocas a sustentar e uma Nação a consolidar. Caminho célere em direção à escola, abro as estantes das bibliotecas em busca do saber que me libertará definitivamente, assim como faço das universidades uma porta de entrada para o futuro;

Sim, brasileiro, com muito orgulho. Sem medo e sem vergonha de ter aqui nascido. Afinal, esta terra tão cobiçada é minha, nós todos a conquistamos. E não serão momentos de desencontros, num quadro de recessão mundial, que me farão esquecer que este é o meu lugar. E que vou legá-lo, bem melhor, aos meus filhos e netos e aos netos de meus netos...

Vivo de certezas, neste país continente. E por nada neste mundo me desfaria da possibilidade de ajudá-lo a viver a plenitude do Progresso e da Paz.

BRASILEIRO! É HORA DE FÉ E CRIATIVIDADE

Cem anos depois da independência política, o Brasil chegou a um dos pontos mais altos de confiança irrestrita na própria brasilidade. Foi a revolução modernista de 1922, uma explosão de criatividade, um furacão patriótico nas letras e nas artes, marcando de modo inequívoco a nossa independência intelectual.

Sete décadas depois, em todos os setores da vida brasileira, precisamos de gente que, como os modernistas de 22, encare o futuro e construa o presente com a consciência de suas próprias possibilidades e o ímpeto de realização baseado na certeza de que o Brasil é uma realidade que se faz à nossa imagem e semelhança.

Escritores e artistas modernistas construíram um Brasil brasileiro, em dimensão cultural coincidente com as raízes mais profundas do inconsciente coletivo de nosso povo. Aos brasileiros de hoje, numa retomada da revolução mental do início do século, cabe revigorar os valores que orientam a luta cotidiana para a construção de uma sociedade justa e próspera.

Analogamente ao que se passa com os indivíduos, as nações têm períodos de maior ou menor energia. Há momentos de incerteza, quando medra solertemente a angústia. Momentos que precisam ter superados por idéias - força, pela convicção de que os desafios existem para estimular a inteligência e a ação. E que podem ser vencidos com decisão.

Muito mais complexo do que há 69 anos atrás, quando comemoramos um século de in-

dependência, o Brasil continua o mesmo. Não é um pós-Brasil, uma pós-nação, uma angústia de 8 milhões de quilômetros quadrados, como parecem crer os que soçobram na confusa desesperança. Toda aquela explosão de energia, que criou novos rumos na literatura e na arte, veio de fontes profundas e permanentes. Ao que há de mais brasileiro em cada um de nós é que devemos recorrer nesta hora decisiva para a nação, quando as dificuldades se acumulam e há necessidade de vencê-las.

Não precisamos copiar ninguém. Sempre que confiamos em nós mesmos alcançamos momentos altos em nossa História. Quem mais entende de Brasil somos nós próprios. Por isso sabemos que os nossos problemas têm solução e que só se desencantam aqueles que não conhecem bem o Brasil porque não conhecem a si próprios.

Um ressurgir, um despertar da alma brasileira, da criatividade alegre, da disposição fecunda, da teimosia lúcida - isso depende de cada um de nós. Só por nosso intermédio o Brasil se reencontrará com o futuro.

É a hora de novas revoluções mentais, intelectuais, técnicas. Para organizar melhor o Brasil, precisamos nos organizar melhor. Valorizar o que é criativo. Acreditar nos valores em sintonia com a nossa vocação de povo livre e progressista. Prestigiar a inteligência. Tomar consciência de que cada dia é dia de luta e de aprendizagem. Não podemos esquecer que estamos sempre aprendendo. E que os momentos de crise nos trazem ótimas lições. Como disse o poeta Drummond, "a hora mais bela surge da mais triste". A fé, no rastro da desesperança.

"Como disse o poeta Drummond, a hora mais bela surge da mais triste. A fé, no rastro da desesperança".

O BRASIL MERECE PATRIOTISMO DE VERDADE

"Patriotice", como define o Aurélio, é falso patriotismo. "Patrioteiros" são os que alardeiam patriotismo ... da boca para fora. "Patriotada", por fim é o jactancioso alarde de patriotismo. Atitudes, todas elas inócuas. Pior ainda: nocivas ao verdadeiro patriotismo.

Se o Brasil pudesse progredir em função de patriotices e patriotadas dos patrioteiros, já estaríamos há muito tempo no Primeiro Mundo. O que não falta, no Brasil, é esse tipo de patriotismo ingênuo (às vezes até de má fé) que prolifera ao influxo de sentimentos confusos e primários.

Para que a nação realmente concretize todas as suas possibilidades, precisa ser impelida pelo verdadeiro patriotismo. Não

aquele que só vê o lado positivo, que seleciona apenas o que há de bom. O patriotismo indispensável é aquele que inclui em sua visão precisamente o que há de mau, tudo o que é necessário corrigir.

Patrioteiros de todos os tempos sempre ignoraram os problemas brasileiros, olhando a beleza e esquecendo o lado negro de nossa realidade. Patriotadas sempre conduziram o Brasil a uma situação pior. Em vez do patriotismo contraproducente, que tapa o sol com a peneira, necessitamos de verdadeiras atitudes patrióticas.

O verdadeiro patriotismo não é ufanista. É um patriotismo dinâmico, crítico. É um sentimento que se combina com a razão e a inteligência. O verdadeiro patriotismo é lúcido.

Foi com esse tipo de sentimento que em outras pátrias, gente esforçada e esclarecida venceu a batalha do desenvolvimento.

Se há brasileiros confusos e desesperançados, que chegam a descrer do futuro, insensíveis às motivações patrióticas, boa parte da culpa recai exatamente sobre as distorções do verdadeiro patriotismo. O patriotismo ingênuo, ufanista, tolo, não pode realmente, servir de estímulo para uma nova arrancada coletiva em direção ao desenvolvimento.

Precisamos do patriotismo dinâmico, que não "congela" o Brasil numa visão idílica e colorida, mas ampla ao máximo a visão crítica, sem niilismo, concentrando-se na solução dos problemas que aparecem como desafios.

Só esse patriotismo o verdadeiro é capaz de fazer com que os brasileiros efetivamente se unam em torno das mesmas aspirações. Só esse patriotismo pode galvanizar energias, concentrando-se nos pontos decisivos, para que o Brasil possa romper os obstáculos atuais e caminhar com maior firmeza na implantação de maior prosperidade econômica e justiça social.

O Brasil merece ser tratado pelos seus filhos com verdadeiro patriotismo. Não adianta proclamarmos que a pátria é grande e bela, se não difundirmos a mensagem de união e de soma de forças para que os problemas que existem sejam superados. E eles podem ser superados, desde que todos os que compõem a nação brasileira compartilhem o mesmo sentimento generoso, inteligente e lúcido: o patriotismo de verdade.

BRASIL: É TEMPO DE PRODUZIR E CRESCER

Um grande país não pode ficar paralisado diante de dificuldades puramente conjunturais. Um grande país não pode perder a consciência de suas potencialidades.

Acreditar no Brasil é acreditar na

própria atividade produtiva, no sentido social dos empreendimentos econômicos, no trabalho enquanto expressão do poder criador do homem. Acreditar no Brasil é agir.

Agir no sentido de multiplicar empregos, reajustar para cima as metas de produção, investir mais, conquistar novos mercados, apostar nas possibilidades de expansão de nosso mercado interno e externo.

Agir no sentido contrário, restringindo empregos, reduzindo as metas de produção, cortando investimentos, recuando, fugindo da luta pela conquista de consumidores, desistindo de novos empreendimentos, tudo isso só pode ter uma única consequência, a de agravar as dificuldades econômicas e sociais.

A única alternativa na atual etapa da vida brasileira, é aumentar a produção e o consumo. Para isso, é essencial mais empreendimentos e mais empregos, que poderão ser criados se a opção não for a ciranda do mercado financeiro, mas o investimento produtivo.

É uma questão de escolha e de resposta. Se nos encolhermos diante do desafio, estaremos abdicando das possibilidades de vencê-lo. Ninguém pode esperar que surjam

milagrosamente novas perspectivas, como dâdivas caindo do céu. A espera de acontecimentos milagrosos, abrindo mão de iniciativas inteligentes e criadoras, continuaremos alimentando o impasse.

Melhores perspectivas terão de ser criadas por nós próprios, através de um grande esforço de crescimento, impossível? Seria, realmente, se o País não tivesse o imenso potencial que tem, em termos de recursos naturais e humanos. É uma questão de decisão e ação. Nossa resposta adiante do desânimo e desalento tem de ser uma resposta enérgica em termos de confiança na retomada do desenvolvimento.

Crescer depende um pouco de cada um de nós, de nossa atitude, de nosso desempenho no conjunto das atividades econômicas.

A ação consciente e coletiva na direção do desenvolvimento terá força suficiente para reduzir as dificuldades à sua verdadeira dimensão. É hora de desfechar o esforço decisivo, através da união, com solidariedade consciente, para colocar este país de volta à rota acelerada rumo ao desenvolvimento. Nunca recuando. Avançando sempre, com plena confiança no poder dos brasileiros, quando conscientes de suas possibilidades e propósitos.